

Revista **PRÓ-MEMÓRIA**

Sumaré • Junho de 2015 • Nº 2 • ISSN 2359-1013

Sumaré

Heranças Culturais



**ASSOCIAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SUMARÉ**



Créditos

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ – 2014/2016

Presidente: Roberto Cordenonsi

Vice Presidente: Francisco Antonio de Toledo

1º Secretário: Wellington Correia de Oliveira

2º Secretário: Wesley da Silva de Oliveira

1º Tesoureiro: José Antonio Rodrigues

2º Tesoureiro: Laércio Aparecido Fregatti

Diretor de Patrimônio: Alaerte Menuzzo

Vice Diretor de Patrimônio: Ulisses Pedroni

Diretor Social: Glauce Ongaro

Vice Diretor Social: Eduardo Gigo

CONSELHO FISCAL

Herman Yanssen

Julio Campigli

Vilson Oschin Alves

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Anete Maria de Azevedo

Sidney Garcia

Laerte A. Dell'agnezze

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Gabriela Biondo

REVISÃO

Alaerte Menuzzo

Francisco Antônio de Toledo

Fernanda Gabriela Biondo

EQUIPE TÉCNICA

Adrielle Aline Alloi

Sonia Maria de Oliveira Fregatti

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Odair Silva Santos - MTB 44.122

IMAGENS

Acervo Associação Pró-Memória de Sumaré

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Andressa Pirschner Assunção

EDIÇÃO e CO-EDIÇÃO

Editora Seta Regional

Oca Editora

IMPRESSÃO

Graflar

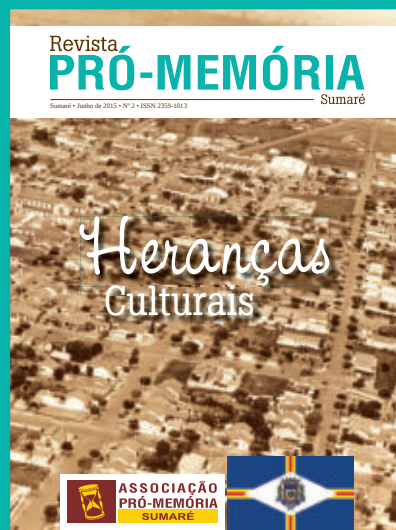
PATROCINADORES

Câmara Municipal de Sumaré

Germânica Veículos

Pastifício Selmi

Veccon Empreedimentos Imobiliários



Revista Pró-Memória
Junho de 2015

Tiragem: 3.000
ISSN 2359-1013



Revista
PRÓ-MEMÓRIA
Sumaré

Heranças
Culturais

2015 n° 2

ISSN 2359-1013

Praça da República 102 – Centro – Sumaré/SP
promemoriasumare@gmail.com
promemoriasumare.com.br
19 3803-3016



**ASSOCIAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SUMARÉ**

Apresentação

*“Amar o perdido
deixa confundido
este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.*

*Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão”.*

(“Memória”, Carlos Drummond de Andrade)

No ano de 2014, importantes marcos históricos foram celebrados pela população de Sumaré: os 100 anos da construção da Matriz de Santana, os 70 anos da construção da Capela do Cruzeiro e, os 10 anos da fundação da Associação Pró-Memória de Sumaré. Aproveitando a oportunidade de comemorar juntamente com a população e de estimular o diálogo e a interação da comunidade sobre esses eventos representativos da história do nosso município, a Associação Pró-Memória publica a segunda edição da REVISTA PRÓ-MEMÓRIA, com o título: **“Heranças Culturais”**. A REVISTA PRÓ-MEMÓRIA é uma iniciativa da entidade de contribuir para a construção coletiva do conhecimento produzido sobre nossa cidade, entendendo como sua principal missão a preservação e valorização da História, Memória e das Referências Culturais do município de Sumaré. A primeira edição, **“Sumaré, meu Patrimônio”**, lançada em Maio de 2014, reuniu artigos de profissionais de áreas interdisciplinares que discutiram por diferentes ênfases e abordagens dialógicas a importância da preservação do Patrimônio Cultural.

Nesta edição, **Heranças Culturais** sumareenses e da região compõem a temática da REVISTA PRÓ-MEMÓRIA. Entendemos por heranças culturais

quaisquer elementos das gerações passadas que foram transmitidos às gerações atuais. São bens que nos foram legados e que são nossos por direito. Podem ser objetos materiais, portadores de significados pessoais, transmitidos de pais para filhos. Ou referências que permitem a identificação de determinada família ou grupo social. A definição de Herança Cultural não se limita ao campo individual, se estendendo ao conjunto de pessoas que convivem em sociedade. Perguntamos então: o que nos foi legado, coletivamente, das gerações passadas? Qual a herança que os atuais moradores de Sumaré receberam de seus antepassados? São infinitas as interpretações e possibilidades para responder estas perguntas. Herdamos, enquanto um coletivo social, bens de diversas naturezas, como o conjunto urbano, edificações, livros, documentos, fotografias, objetos e também, o saber fazer, as festas, o jeito de falar, as lendas e estórias, a culinária, enfim, os símbolos, significados e referências segundo os quais nos reconhecemos e nos identificamos.

Na **“REVISTA PRÓ-MEMÓRIA: Heranças Culturais”** reunimos textos de moradores de Sumaré e região que nos contam sob diversas análises e abordagens os legados culturais (ainda presentes ou que já se perderam) das gerações anteriores. Na primeira parte as lembranças e memórias de outros tempos em Sumaré são aguçadas por crônicas ou narrativas de autores sumareenses que retomam fatos e acontecimentos que contemplam as heranças culturais da população do nosso município. Posteriormente, textos de caráter técnico ou institucional, divulgando, informações sobre as instituições que zelam pela memória da nossa região, assim como elementos das políticas públicas de cultura e preservação nos levando a uma reflexão sobre os diversos desafios e potencialidades da salvaguarda da memória e história local. Por último, publicamos na íntegra, documento encaminhado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc), abordando considerações e recomendações sobre os sentidos e caminhos da preservação do patrimônio cultural.

Fernanda Gabriela Biondo

Sumário

- 06** **Institucional**
Parceria para a Estação Ferroviária
- 07** A História de um O.V.N.I. - Subestação de Sumaré
Ema Regina Bianchi Aguiar
- 09** Histórias de Nova Veneza
Sergio Azevedo
- 13** A Fundação do Clube Recreativo Sumaré
Alaerte Menuzzo
- 17** A Capela do Bairro do Cruzeiro
Edgar Minarello
- 19** Fragmentos da História de Sumaré
Ulisses Pedroni
- 23** O Antigo Posto Raffi
Fábio Araújo Pires
- 26** Acervo Pró-Memória: Vida e Obra do Professor Odilon Nogueira de Mattos
Bruno Izaias da Silva
- 29** Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”
Gustavo Esteves Lopes
- 34** Caminhos da Preservação: a Associação Pró-Memória de Sumaré
Fernanda Gabriela Biondo
- 38** Subsídios para a História do Patrimônio Imaterial de Sumaré
Francisco de Toledo
- 43** Presente e Passado
Glauce Ongaro
- 45** Ecos do Bar Paulista
Roberto Cordenonsi
- 48** Patrimônio não é Coisa do Passado
Mariana Kimie da Silva Nito
- 50** Os Muares, Água Choca e Rebouças
Nelson de Lucca
- 54** O Nascimento de uma Imagem: Hercules Florence (1804-1879) e a Primeira Iconografia de Limeira
Paulo Masuti Levy
- 57** O Sentido e os Caminhos da Preservação do Patrimônio Cultural em Campinas: Considerações e Recomendações
Regina Márcia Moura Tavares
- 61** **Sócios Contribuintes**
- 62** **Autores**



Parceria para a Estação Ferroviária

Numa sociedade democrática organizada, todos os segmentos que a constituem têm papel relevante. O social, o econômico e o político se interagem visando sempre o bem-estar de todos. O poder executivo, legislativo e judiciário; o comércio, a indústria, a agricultura e a pecuária; o lazer, a religião e a cultura, tudo enfim, concorre para se construir uma sociedade plena de harmonia. Pensando assim, um segmento não é mais relevante que o outro. São apenas diferentes, cada um cumprindo o papel que só ele pode desempenhar.

A Associação Pró-Memória de Sumaré cumpre a missão de cuidar da memória da cidade. É seu traço essencial e característico. Ela abrange, se preocupa e se envolve com todos os segmentos sociais, com plena consciência de que tudo é História e tudo merece atenção. Porque, por mais que queira, ninguém escapa da História; todos estão mergulhados nela.

Após uma série de realizações nesses mais de dez anos de existência, a Pró-Memória continua sonhando grande. Uma de suas próximas metas é re-inserir na cidade o complexo ferroviário, tornando-o um espaço de cultura, lazer e turismo. Move-nos a certeza de que uma cidade mais bonita e mais bem equipada culturalmente, será

uma cidade de gente mais feliz.

A construção do novo viaduto e da rotatória, a revitalização do edifício da Subestação e da Estação, resultando num belo Complexo Cultural – é para onde se voltam hoje os olhos da Associação Pró-Memória.

Nesse sentido, registramos aqui com satisfação o empenho da atual Administração em procurar obter bons resultados na preservação de uma parcela significativa da memória de Sumaré. Se o poder Público não pode arcar sozinho com tanta demanda, pode sem sombra de dúvida liderar esse empreendimento e abrir caminhos novos. Foi com esse entendimento que a Prefeita reuniu-se em diversas oportunidades com a Diretoria

da Associação Pró-Memória, encaminhando a cessão da Estação Ferroviária para a Associação Pró-Memória de Sumaré, da mesma forma que aconteceu com o prédio do Centro de Memória Thomaz Didona. Antes que isso aconteça efetivamente, alguns detalhes burocráticos estão sendo galgados pela Administração Municipal.

A Associação Pró-Memória se sente reconhecida e agradecida pelo apoio da Prefeita Cristina Conceição Breda Carrara. Confia em sua sensibilidade criativa para que o sonho desta Diretoria se concretize e a cidade ganhe mais um espaço histórico importante, restaurado e cuidado, para ser desfrutado pelos seus moradores. ●

A prefeita Cristina Carrara, reunida com a Diretoria da Pró-Memória



Créditos: Sergio Azevedo

Ema Regina Bianchi Aguiar



A História de um O.V.N.I.-Subestação de Sumaré

Sabe aquelas lembranças infantis de alguns fatos ou acontecimentos que não ficam muito claros na sua cabeça, mas você tem certeza que de um jeito ou de outro aconteceram? Pois bem, o que vou relatar agora é um deles. Quem participou do acontecido talvez tenha mais detalhes. Certamente vai dizer que não foi deste jeito que ocorreu. Mas o que eu posso garantir é que na minha imaginação e fantasia foi dessa maneira que aconteceu.

Vamos lá então?

A década era a de 60 do século XX. A exemplo de todas as brincadeiras surgidas sabe-se lá de onde, como, quando e por que, em pouco tempo todas as crianças e adolescentes da colônia de trabalhadores da Subestação de energia elétrica da Companhia



Subestação de Energia de Sumaré

Paulista de Força e Luz, de Sumaré(SP) passaram a falar sobre isso.

Na colônia de trabalhadores moravam sete famílias. Ficava no início da Rua Bandeirantes, próximo à Região Central do Município, distante 100 quilômetros da Capital, cuja população na época não passava de 20.000 habitantes. Um O.V.N.I. surgiu numa noite sem lua, dessas em que é possível ver as estrelas mais brilhantes. A autoria do primeiro que o avistou no céu chegou quase a ser disputada a tapas. “Fui eu” disse um, “não, fui eu”, garantiu um outro, mas aos poucos este detalhe acabou sendo desprezado.



Fotos acima: Subestação de Energia de Sumaré

Nada disso tinha importância diante daquele acontecimento tão inesperado. “Foi um avião”, afirmou um deles, “só podia ser um avião. Esta história de O.V.N.I. só existe na cabeça de vocês”. “Tá falando isso porque não foi você que viu”.

O Objeto Não Identificado, o conhecido O.V.N.I., teria surgido de repente, dado uma paradinha e sumido sabe-se lá para onde. O inusitado do ocorrido tomou conta da noite até o momento de todos irem para casa dormir. No dia seguinte, sabiam eles, tudo recomeria.

Batata! Uma movimentação danada instalou-se a partir do dia seguinte. Naquela mesma horinha de sempre, quando as estrelas já haviam se instalado todas no firmamento, o assunto voltou a ser discutido.

Afinal, qual a diferença entre uma estrela, um planeta, um avião e um O.V.N.I.? Isso quase ninguém sabia responder ao certo. Era chute para tudo que é lado. “Estrelas possuem brilho próprio, faíscam no céu”, afirmou um deles, sentindo-se orgulhoso pelo seu conhecimento. Uma hipótese que quase ninguém da turma se atreveu a desmentir. “Não sei não”, duvidou outro, com voz baixinha.

O certo é que enquanto todos discutiam alguém disse depressa “olha lá, olha lá, eu vi, eu vi, vocês não viram?”.

Não, ninguém havia visto. Pior. Acharam que foi invenção de quem falou. Um deles então teve uma idéia que poderia dar certo. Tentar fazer um contato. Mas como? “Muito simples”, sustentou o autor do plano. “Podíamos pegar pedaços de espelhos para fazer com que as estrelas, ao refletirem sua própria luz nos espelinhos, fossem capazes de fazer o O.V.N.I. vê-los aqui na Terra. Deste jeito, a nave poderia saber que existe alguém lá embaixo que a viu”.

A idéia foi imediatamente aceita. Em pouco tempo, muitos já portavam um pedacinho cortante e perigoso na mão para tentar um contato com a nave. “E se for apenas um avião?”. Uma nova dúvida pairou no ar. Mas desde quando avião dá uma paradinha no ar e some de repente? Assim, do nada? Tudo era muito misterioso. Um prato cheio para um grupo que brincava e conversava junto quase todas as noites. Mas nada de O.V.N.I. de novo. Além do primeiro e de um outro que o teriam visto, nenhum deles viu, nem de longe, alguma coisa parecida com o que imagina-

vam ser um disco voador. Mas já pensou que presente maravilhoso? Conhecer o Dr. Spock em pessoa? Seria muita, muita felicidade para aqueles corações tão criativos, sempre prontos para uma boa diversão. O suposto Objeto Não Identificado foi embora antes de fazer qualquer contato imediato com a turma. Em poucos dias, a esperança de que um dia ele decidisse mostrar sua cara e fazer um pouso glorioso no vasto pátio que dava entrada à colônia foi se dissipando.

Mas já, já, e eles estariam se entretendo com novas brincadeiras, frutos da imaginação de todas as crianças e jovens que hoje guardo em minha memória com muita alegria e saudades. Quanto ao O.V.N.I. acabou mesmo não aparecendo.

Certamente, a Enterprise e o Dr. Spock estavam há mil anos luz distantes dali, “descobrendo novos mundos, pesquisando novas vidas, novas civilizações, audaciosamente indo onde nenhum homem jamais esteve”. Mas tanto a Enterprise, quanto o Capitão James Kirk, o Dr. Spock, o Dr. Leonard Mc Coy e toda sua equipe não sabiam nem nunca saberão o que perderam lá embaixo. ●

Sergio Azevedo



Histórias de Nova Veneza



Nova Veneza - Aérea Dec.1960

A PRÓXIMA MÚSICA

“Fica comigo esta noite, que não se arrependerá; a noite está fria, a casa vazia; terás um abrigo...”

Este é o serviço de alto-falantes da Igreja Matriz de Nova Veneza. Assim dizia a voz impostada do locutor, que se fazia ouvir por toda a

vila, cujo centro era o largo da Matriz, com suas ruas sem asfalto, um projeto de praça, padaria, açougue, cinema, farmácia e lojinha.

Numa impostação de voz, entoando certo romantismo, prosseguia o locutor: *A próxima música quem oferece é a Leonor. Ela oferece para o Moacir, com provas de muito amor e amizade, ela oferece*

com a Gigliola Cinquetti, a música “Dio come ti amo”. Na sequência, ouviremos “Coração de luto” com Teixeira, num oferecimento do Zé Bragança, que oferece a todos os seus amigos. Esses oferecimentos custavam uma quantia irrisória, a título de ampliar o acervo musical, que tinha mais



Teixeirinha



Gigliola Cinquetti

de trezentos discos de vinil, com sucessos tocados na Rádio Clube de Americana, Educadora de Campinas ou pelas ondas médias da Rádio Tupi de São Paulo, numa transmissão AM, sem a pureza de som das FMS de hoje, mas com muito mais romantismo e qualidade musical, apesar dos chiados. Exatamente às 18 horas, havia um momento de reflexão de todos, quando se ouvia a Ave Maria e o clássico "Il Silêncio", que era tocado a qualquer hora do dia, quando anunciava algum falecimento. Então alguns colocavam a mão em

forma de concha sob o ouvido, e a vila inteira se enchia de pesares, porque todo mundo conhecia todo mundo.

Nas quermesses e festas da igreja, o serviço de alto-falantes não tinha trégua, ora tocava as músicas em oferecimento, ora cantando bingo e ressaltava os lances do leilão. Quando mais ao longe, os animais estavam amarrados numa árvore que ficava onde hoje é o Salão Comunitário. De vez em quando se ouvia aquele chiado, característica do vinil, quando uma mão qualquer empurrava a agulha para longe do risco que fazia a repetição do trecho. O locutor era o Genovis Martinelli cuja história você vai conhecer agora.

Genovis Martinelli nasceu aos 25 de Maio de 1935, na bela cidade de Andradas, que fica no sul de Minas Gerais, filho de José Martinelli com dona Rosa Zavanini Martinelli. Aos cinco anos perdeu sua mãezinha e por forças das circunstâncias, foi morar num sítio com seu tio e padrinho, levando uma vida muito difícil e trabalhosa. No girar da ampulheta, em meados de 1957, se viu casado com a bela Lídia Teixeira com quem alimentava o desejo de constituir uma família. Assim na década de 60, ele chega a Americana em busca de emprego.

Nas quermesses e festas da igreja, o serviço de alto-falantes não tinha trégua, ora tocava as músicas em oferecimento, ora cantando bingo e ressaltava os lances do leilão.

Não muito distante dali, em Nova Veneza a B. F. Goodrich estava fichando e o Genovis arrumou colocação, tornando-se agora funcionário da empresa. Para facilitar o transporte e assiduidade mudou-se para Nova Veneza e graças à sua simpatia e carisma, em pouco tempo cativou a todos os moradores da vila. Não demorou muito já foi nomeado o primeiro medidor de força, quando a energia elétrica



Subprefeitura Nova Veneza

funcionava com apenas um transformador que sustentava as casas da vila. Havia muita reclamação dos usuários, que culpavam a padaria do seu Edward pelo excesso de consumo, o que era simpaticamente resolvido pelo Martinelli, já engajado na comunidade.

Por 19 anos trabalhou na B.F. Goodrich com toda dedicação do mundo e lembra tristemente de um grave acidente que aconteceu

com um caminhão que transportava funcionários da Goodrich. Transitava pela Via Anhanguera, que já era asfaltada e funcionava em mão dupla, quando de repente outro caminhão em sentido contrário, carregado com vergalhões e ao parear com o caminhão da firma, arrancou sua guarda. Corpos foram despejados causando óbito de muitos operários, transformando aquilo num terrível acidente até

hoje lembrado por Martinelli e por alguns dos antigos moradores. Não demorou muito tempo, Martinelli fora enviado ao Peru, como instrutor na nova filial da Goodrich naquele país, enquanto sua prole crescia e seus filhos Valda, Hamilton, Altair e o caçula Genovis Martinelli Filho, cresciam assim como Nova Veneza. Numa jogada impiedosa o destino levou dona Lidia e coube ao Martinelli

li cuidar dos filhos, desdobrando-se para suprir a falta de sua esposa. Foi então que encontrou Maria Aparecida Rossi, sobrinha do Aristides Rossi, (primeiro carvoeiro de Nova Veneza), que o ajuda a suprir sua viuvez, com muito amor e carinho para com todos. As ruas de terra por onde um dia passaram Alfredo Dias Porto, Luiz e Adalto Campo Dall'Orto, Ciniro e Emilio Garbelini, Clóvis de Rosis e tantos outros, estão todas asfaltadas. Hoje tem a praça, a igreja já sem tijolinhos à vista, e o comércio que continua crescendo. Enquanto isso, Martinelli olha para o alto da torre, olha os círculos vazios onde caberiam relógios que nunca existiram, onde os alto-falantes estão mudos de tanto falarem. Não podem mais ser ouvidos a não ser como parte da nossa história.

GINÁSIO ESTADUAL ÂNGELO CAMPO DALL' ORTO

A vila estava em polvorosa naqueles dias. Não se comentava outra coisa, senão a inauguração da nova escola que receberia os alunos que haviam concluído o curso primário no Grupo Escolar de Nova Veneza. O curso de Admissão de um ano tinha sido feito numa sala projetada para ser o banco "Segurança" em Nova Veneza, e ficava ao lado da Matriz, assim como o Grupo Escolar, em lados opostos. Enquanto a movimentação se intensificava dia a dia, com carros que subiam e desciam a avenida São Paulo, motoniveladoras maquiavam a avenida com camadas de pedrisco. Faixas de pano se estendiam en-

tre postes de iluminação, convidando a população para a grande inauguração da escola, onde o governador da época, Laudo Natel, se faria presente. Dias antes, o jornal Comarca de Sumaré, de 16 de novembro de 1969, estampava a manchete: "SERÁ INAUGURADO DIA 22 O COLOSSO DE NOVA VENEZA", se referindo à nova escola que seria inaugurada naqueles dias com a presença do Governador do Estado. O prefeito João Franceschini conclamava a população a comparecer à inauguração. Além do governador, outras autoridades se fariam presentes, assim como o Sr. Ulhôa Cintra, então Secretário da Educação Estadual, presença de autoridades municipais, deputados e a presença eclesiástica, sob os olhares das autoridades militares.

A vila não se cabia diante da inauguração, todos comentavam a conquista política do prefeito e do sr. Adauto João Campo Dall'Orto. Nova Veneza teria agora, além da igreja matriz e do seminário São Francisco de Assis, outra obra vultuosa que poderia por em destaque o distrito que na verdade compreendia ainda um pequeno aglomerado de casas, algumas ainda em fase de acabamento.

Lá em baixo, na Avenida Brasil, erguia-se o Seminário, com regulares visitas aos menos favorecidos. A Paróquia ajudava com alimentação, campanhas de agasalho, festas para as crianças e catecismo. Tudo se completava com a atuação da Sociedade Amigos de Nova Veneza (SANOVA), buscando mais qualidade de vida aos moradores do distrito.

Chegou o dia da grande inauguração; autoridades cochichavam

entre sorrisos amarelos e apertos de mão. Do lado de fora do prédio, ambulância e DKWs passavam sob o pedrisco, o que dava certo conforto ao imaginar aquelas ruas quando estivessem asfaltadas e com rede de esgoto no subsolo.

Chegado o dia da inauguração, a banda do 8º B P da Força Pública do Estado de São Paulo (atual Polícia Militar) estava a postos para as solenidades. Mas o governador não veio, sendo então representado pelo Deputado Estadual Dr. Marcondes Filho. O povo todo compareceu, ainda mais que o convite incluía uma churrascada ao final das solenidades.

Após o hasteamento dos pavilhões nacional, estadual e municipal, com as bênçãos do Frei Francisco de Toledo, do Seminário São Francisco de Assis, políticos fizeram suas oratórias e agradecimentos sob o olhar da professora Ceres Fonseca, primeira diretora do Ângelo; ela trocava palavras com a colega Maíba Aparecida Maluf, que representava o Conselho Municipal de Educação. Acabada a solenidade, todos visitaram as dependências da nova escola.

A contar pelos alunos, todos se conheciam e agora os moradores de Nova Veneza poderiam se organizar no tocante à cultura e valorização do distrito. Tudo aconteceu numa perfeita integração entre docentes e discentes, fazendo com que o Ângelo valesse ouro até aos nossos dias. Por causa dos recursos e do carinho dos professores, hoje os ex-alunos podem dizer com orgulho que foram alunos do Ângelo, uma escola que há exatamente quarenta e seis anos vem formando jovens para a vida.

Parabéns, Escola da minha vida! ●



A Fundação do Clube Recreativo Sumaré



Sede social do Recreativo, na rua Antonio Jorge Chebabi nº 1309

O Clube Recreativo Sumaré surgiu no ano de 1950, resultado da fusão de duas agremiações antigas da cidade: o Grêmio Esportivo Paulista e o o Clube Recreativo e Esportivo Alliança.

O Alliança foi fundado em 1918

por imigrantes portugueses. O Paulista foi fundado em 1907. Originalmente chamava-se “Società Di Mutuo Soccorso I Fratellanza “Giuseppe Garibaldi”, entidade criada por imigrantes italianos que se estabeleceram

em Rebouças a partir do final do século XIX. Ela passou a ser conhecida e chamada de Sociedade Italiana de Rebouças. Virou Grêmio Esportivo Paulista, em 1942, por conta de uma determinação do governo brasileiro, que proibia en-

tidades brasileiras de usarem denominações com referências sobre a Itália, país que estava em litígio com o Brasil, no conflito da 2ª. Guerra Mundial (1939-1945).

Os livros de História de Sumaré apontam que a mudança de nome do Paulista aconteceu em 1938. Acreditamos que haja um erro nessa data. O Brasil declarou estado de guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em agosto de 1942. A exigência das entidades brasileiras alterarem suas denominações foi atendida rapidamente. A Sociedade Esportiva Palestra Itália, de São Paulo, mudou seu nome em 20 de setembro de 1942. Curiosamente, passou a se denominar “Sociedade Esportiva Palestra São Paulo” - durou apenas seis meses, depois passou a ser Sociedade Esportiva Palmeiras.

Em Belo Horizonte existia a Sociedade Sportiva Palestra Itália. A exigência do Governo fez os mineiros aprovarem a mudança de nome para Cruzeiro Esporte Clube, em 7 de outubro de 1942. Com esses fatos, supomos que a Sociedade Italiana de Rebouças tenha mudado sua denominação para Grêmio Esportivo Paulista no mesmo ano de 1942.

No dia 25 de Novembro de 1942 aconteceu uma Assembleia Geral Extraordinária na Sociedade Italiana de Rebouças. Foi a única do ano. Acreditamos que tenha sido a reunião que decidiu a mudança de nome para Grêmio Esportivo Paulista, atendendo a exigência do Governo Federal. Participaram dela, com assinatura no livro de presença: Marcello Pedroni, Hermenegildo Gigo, Francisco Martins, Henrique Pedroni, Aurélio David, Oreste Ongaro, Ivo

Trevisan, João Zagui, Ivo Naufal, Alfredo Teixeira, Silvio Ongaro e João Vieira.

O Alliança tinha sua sede social na rua Antonio Jorge Chebabi, na quadra entre a rua 7 de Setembro e a Praça da República. A sede do Paulista ficava na antiga 5ª. Travessa, depois rua José Maria Miranda, entre a rua 7 de Setembro e a Praça da República, onde hoje é o prédio do Convívio Comercial. Segundo vários testemunhos, as duas entidades estavam exauridas. Luiz Frutuoso era a principal liderança do Alliança. Francisco Camillo Giaj-Levra era o principal nome do Paulista. O futebol era praticado nos dois clubes. O ping-pong, o cinema semanal e algumas comemorações tradicionais aconteciam na sede do Alliança.

JOSÉ MARIA MATOSINHO

O principal mentor da fusão do Paulista com o Alliança foi José Maria Matosinho. Na época ele era o responsável pelo Cartório de Registro Civil de Sumaré e vereador na Câmara Municipal de Campinas, como representante do distrito de Sumaré, que pertencia àquele Município.

Matosinho não encontrou muita resistência para levar avante sua ideia de fusão. A animosidade que existia no futebol não era suficiente para barrar o ideal de união dos clubes, principalmente pelo fato de não haver local adequado onde as famílias de Sumaré pudessem se reunir para eventos sociais ou recreativos.

Nos primeiros tempos de Sociedade Italiana seus sócios utilizavam a sede para festas tradicionais, sessões de teatro e cinema. A mesma

coisa acontecia com o Alliança. Na época da fusão as duas sedes não comportavam adequadamente as famílias da comunidade para os eventos tracionais, como Carnaval e Festas Juninas. Foi tão significativo esse fato que uma das exigências das assembleias realizadas foi a da construção de uma nova sede social, o que acabou acontecendo na rua Antonio Jorge Chebabi n. 1309.

Quando se fala de animosidade entre as colônias de imigrantes de Rebouças, principalmente de italianos e portugueses, devemos levar em conta um comentário do Dr. Manoel Affonso de Vasconcellos, um dos presidentes do Recreativo e neto do imigrante português Manoel de Vasconcellos. Segundo ele, existia um corporativismo entre os imigrantes, não uma rivalidade. A princípio, cada colônia interagira entre si, inclusive nos casamentos. Ainda segundo ele, a escola minimizou essas



José Maria Matosinho, o idealizador da fusão do Paulista com o Alliança

diferenças culturais, integrando as famílias através de múltiplos casamentos e incentivando a frequência de portugueses e italianos nos dois clubes, tanto no quadro social quanto nos Conselhos e Diretorias.

Uma das dificuldades encontradas por Matosinho foi o lugar onde os interessados pela fusão deveriam se reunir. A sede do Alliança tinha sido fechada porque existia o perigo do teto desabar, a exemplo do famoso Cine Rink de Campinas, acontecida alguns anos e na memória de toda a população.

A Assembleia do Alliança acabou sendo realizada num grande salão comercial na rua 7 de Setembro – entre as ruas Antonio do Valle Mello e Antonio Jorge Chebabi.

Infelizmente não conseguimos localizar os Livros que registraram as Assembleias que resultaram na fusão das duas sociedades. Os únicos documentos que dispomos são uma cópia datilografada da Assembleia, fracionada, e o Livro de Presença da Sociedade Italiana de Rebouças/Grêmio Esportivo Paulista.

ASSEMBLEIA DO ALLIANÇA

Os entendimentos iniciais mantidos com as duas diretorias estabeleceram que cada sociedade deveria realizar uma Assembleia Geral, com a finalidade de discutir e, se fosse o caso, aprovar a fusão.

No dia 8 de fevereiro de 1950 aconteceu a Assembleia Geral Extraordinária do Alliança, com a presença de 64 pessoas. Foi presidida por Antonio Sanguini e secretariada por João Rubens Gigo. Entre os presentes, 4 pessoas vo-

taram contra a fusão, uma pessoa se absteve e as demais aprovaram a fusão. No final, foi tirado um resumo das discussões: seria construída uma nova sede social; haveria uma união total de patrimônios; os nomes Paulista e Alliança não poderiam mais ser utilizados; as comissões criadas teriam número equivalente de representantes.

As 64 pessoas do Alliança que votaram pela fusão foram estas: Eduardo Foffano, Thomaz Didona, Josias Pereira de Souza, Clodoaldo Frutuoso, Ludovico Scrocca, Hectore Menuzzo, José Zagui, José Consulin, Benevenuto Sturaro, Hermenegildo Gigo, Carlos França, Norberto Raposeiro, Sebastião Raposeiro Junior, José Domingos Escalhão, Oreste Ongaro, Sebastião Humberto Bazan, Turíbio Espiridião da Silva, João Consulin, Luiz Lorençatto, Antonio Sanguini, Rodolfo Zagui, João Roberto de Souza, Eduardo de Vasconcellos, Alair de Souza, Honorino Fabbri, Ivo Naufal Gantuz, Emílio de Azevedo Graupner, José de Vasconcellos, Leandro Franceschini, Eugênio Graupner, Ronald de Souza, Guerino Gigo, Plínio Giometti, Vicente Salvucci, Acílio Carrion, Alfredo Teixeira, Rafael Coral, Juvenal de Vasconcellos, Euclides Miranda, Natalino Giometti, Francisco F. de Arruda Roza, Danuncio Menuzzo, Francisco Barijan, Wilson Menuzzo, Sebastião Rocha, Natalino Noveletto, Valdemar Festa, Geraldo Rohwedder, José Bazan, João Bufarah, Mário França, Umberto Didona, José Salgado, Antonio Gigo, Walter Miranda, Antonio Rohwedder, Orestes Silveira Rosa, Rubens Miranda, Armando de Vasconcellos, Dorival

Gomes Barroca, Odair Francisco Escalhão, Erotides Pereira de Camargo, Geraldo Moacir Bordon e João Francisco Yanssen. Francisco F. de Arruda Roza retirou-se da Assembleia antes da votação, mas era favorável à fusão, pelo fato de assim votar na Assembleia do Paulista. Votaram contra a unificação: Euclides Miranda, Walter Miranda, Rubens Miranda e Mário França.

Luiz Frutuoso, o homem forte do Alliança, não participou da Assembleia. Ele viria a falecer no dia 10 de outubro desse ano, com 54 anos de idade. Acreditamos que se estivesse presente votaria a favor, acompanhando a opinião de seu filho Clodoaldo.

ASSEMBLEIA DO PAULISTA

Não dispomos de uma Ata da Assembleia do Paulista. O único documento existente no Centro de Memória é um Livro de Presença, iniciado em 1934. No dia 2 de Fevereiro de 1950 aconteceu uma Assembleia Geral Extraordinária, com a presença e manifestação de 26 associados. Com toda a certeza tal Assembleia referiu-se à fusão, porque adiante do nome das pessoas participantes existe um SIM ou NÃO, com certeza referente à fusão com o Alliança. O único não é de Francisco Camillo Giaj-Levra, que nunca escondeu sua animosidade contra o Alliança.

Os demais presentes, que optaram pelo SIM, e que conseguimos identificar pela assinatura aposta no Livro são: Henrique Pedroni, Hermenegildo Gigo, Marcello Pedroni, Hectore Me-



Antiga Sede Social da Sociedade Italiana de Rebouças na rua José Maria Miranda

nuzzo, Lázaro Milan, Pedro Gigo, Norberto Raposeiro, João Rubens Gigo, Thomaz Didona, Antonio Gigo, José Maria Matosinho, Antonio Sanguini, Natale Giometti, Clodoaldo Frutuoso, Thomaz Pedroni, Wilson Menuzzo, Plínio Giometti, Antonio Luiz Bazan, Francisco F. Arruda Rozo, Dannoncio Menuzzo, Oreste Ongaro, Umberto Didona e Eduardo Foffano. Não conseguimos identificar duas assinaturas.

A CRIAÇÃO OFICIAL DO CLUBE RECREATIVO SUMARÉ

No dia 13 de março de 1950 aconteceu a fundação oficial do Clube Recreativo Sumaré – e não 13 de maio de 1950, como consta no atual e nos antigos Estatutos da agremiação, bem como em diversos livros de História de Sumaré. Ela aconteceu na sede provisória do Alliança, na rua 7 de Setembro n. 157, em Assembleia Geral dos dois clubes, que ratificaram a fusão. José

Maria Matosinho, o idealizador do movimento, assinou a ata final na qualidade de Presidente da Junta Governativa, juntamente com João Rubens Gigo (Secretário) e Henrique Pedroni (Tesoureiro).

As condições para a fusão, aprovadas pelos presentes, foram as seguintes: 1) construção de uma nova sede social; 2) união total dos patrimônios; 3) nova denominação, que não constaria o nome de Alliança, nem de Paulista.

Os sócios presentes, que assinaram a Ata de Fundação foram: Alfredo Marques Pereira, Erotides Pereira de Camargo, Mário França, Turíbio Espiridião da Silva, Eduardo de Vasconcellos, Carlos França, Acílio Carrion, Marcello Pedroni, Thomaz Didona, Henrique Pedroni, Thomaz Pedroni, Vicente Salvucci, Antonio Sanguini, Sidney Foffano, Ronald de Souza, Antonio Gigo, Aristides Ongaro, Pedro Gigo, Josias Pereira de Souza, Rafael Coral, Plínio Giometti, Hermenegildo Gigo, Rodolfo de Almeida e Silva, Natalino Gio-

metti, Adolfo Menuzzo, Alberto Parmeggiani, Benevenuto Sturaro, Norberto Raposeiro, Sebastião Raposeiro Jr., João Roberto de Souza, Pedro Consulin, Douglas Carlton, Antonio Carnevale, Ivo Naufal, Hectore Menuzzo, Antonio Consulin, Luiz Cestari, José Domingos Escalhão, Francisco Barijan, Américo Menuzzo, Orasil Pereira de Camargo, Antonio Rohwedder, Antonio Blumer Filho, Guerino Gigo, Denis Antonio Escalhão, João Rubens Gigo e José Domingos Nascimento. Como se vê, Mário França, que havia votado contrariamente à fusão na Assembleia do Alliança, votou favoravelmente na Assembleia que criou o Recreativo.

As assembleias que se sucederam foram, oficialmente, do Clube Recreativo Sumaré. Na primeira foi eleito seu primeiro presidente: José Maria Matosinho. A segunda diretoria eleita, com Antonio Sanguini na presidência, inaugurou a sonhada sede social na rua Antonio Jorge Chebabi n. 1309. ●



A Capela do Bairro do Cruzeiro

No final da segunda metade do século XIX estabelece-se na região do Bairro do Cruzeiro de Santa Bárbara, território da então Rebouças, o Sr. Eugênio Coltro, casado com Anna Faella Coltro, ambos de origem italiana. Fruto de seu trabalho adquirem glebas de terras onde praticavam a agricultura e também mantinham um pequeno comércio. Dessa união conjugal, nascem os filhos Ida, Luiz Ângelo, Ângelo, Emílio, Gioconda e Jorge.

Religioso que era Eugênio fazia menção de doar um terreno à Igreja Católica, para que nele se fizesse uma capela. Fatalmente, no ano de 1927 o Sr. Eugênio Coltro teve sua vida abreviada, ao ser atingido por uma descarga elétrica quando transpunha uma cerca, fato este presenciado pelo filho Jorge que o acompanhava na ocasião. No local onde houve a morte, foi construída uma pequena capela (não se sabe se ainda existe). Sua esposa Anna Faella Coltro faleceu no ano de 1947.

Por ocasião da partilha da herança, coube ao Luiz Ângelo Coltro uma parte das terras. Na área que lhe coube encontrava-se o local

em que Eugênio gostaria que fosse erguida a capela. Satisfazendo aquela vontade, Luiz Ângelo fez a doação da área de meio alqueire. À época, esse tipo de doação se concretizava apenas pela “palavra dada”, não se exigiam papéis, daí porque não existirem registros pertinentes. Formalidades à parte, algumas ocorrências são assim lembradas:

Oficialmente, em 1943 foi lançada a pedra fundamental, dando início às obras de construção da capela. Algumas anotações em “pergaminho” se encontram em uma garrafa que foi enterrada numa caixa de cimento, no local que viria a ser a porta de entrada da capela. Por ocasião da colocação da pedra fundamental, como parte da cerimônia, realizou-se uma missa campal celebrada pelo padre Ciríaco Scaranello Pires, então pároco da cidade de Monte Mor. Nessa missa, realizou-se o primeiro batizado que foi de Darci Coltro, filha de Luiz Ângelo Coltro.

A construção da capela contou com a colaboração, contribuição e doações dos sitiantes da região, quer sejam individuais ou ainda

A construção da capela contou com a colaboração, contribuição e doações dos sitiantes da região, quer sejam individuais ou ainda através de arrecadações que se faziam nas festas em homenagem a Nossa Senhora da Candelária

através de arrecadações que se faziam nas festas em homenagem a Nossa Senhora da Candelária (comemorava-se no dia 02 de Fevereiro). O pároco local na época, Padre José Giordano, foi grande entusiasta e incentivador, além de participar dos eventos para a realização da obra.

Afora a doação da área, Luiz Ângelo Coltro sempre se fez presente durante a construção da capela, através da coordenação, organização e outras responsabilidades, não somente nas festividades, como também com sua mão de obra. Por gostar e ter grande conhecimento de carpintaria coube-lhe, também, o madeiramento da cobertura. Foram muitos colaboradores para a realização da obra, e a menção de nomes poderia incorrer em falta



Sítio do Cruzeiro - Felícia Coltro e Oreste Farineli



Justina Ravagnani Marangoni - 1940
Sítio Cruzeiro



Capela do Cruzeiro

com alguém não lembrado. Naquela época, no Bairro do Cruzeiro de Santa Bárbara, como era nominado nos “cabeçalhos do dia a dia escolar”, a participação de Luiz Ângelo Coltro se estendia a outras atividades e contribuições sociais, por assim dizer, pois era a pessoa que aplicava injeções; era inspetor de quarteirão; espécie de sub-delegado, cujo revolver HO calibre 38 não precisou efetuar nenhum disparo. Por possuir um dos poucos veículos automotores, era requisitado para transporte de pessoas, muitas vezes em regime de urgência ou até mesmo nas romarias para a cidade de Pirapora. Há que se lembrar de serem as estradas, naqueles tempos, nem sempre próprias para esses veículos. Igreja construída, o capelão se fez presente na pessoa do Sr. Luiz,

auxiliado pela esposa, Anna Santolin Coltro e pelas filhas Felícia, Luizinha e Darci, ocasiões em que rezavam os terços periódicos ou a pedido. Além dos cuidados com paramentos usados nas celebrações, Luiz manteve sob sua responsabilidade os arranjos, as flores e demais ornamentos do andar de Nossa Senhora da Candelária, tarefas essas desempenhadas pela esposa e filhas. Nessa ocasião, nascia seu filho Silvio Coltro. Nas festividades da procissão e celebrações a Nossa Senhora da Candelária, as moças do local se empenhavam na lavagem da capela e nos demais cuidados com os arranjos das instalações. Os vários andores de outros santos eram distribuídos aos cuidados das famílias que se dispunham a fazê-los. Enfim, além do lado religioso e

das consagrações, havia o lado humano e social na confraternização de todos os que participavam. Em 1953, Luiz Ângelo e esposa mudaram-se para o centro de Sumaré. Em seu antigo lar, já casada, fica residindo sua filha Felícia que embora não mais ministre suas aulas de catecismo, continua participando das celebrações de Nossa Senhora da Candelária. Até o fim de sua vida, Luiz Ângelo Coltro teve pelo bairro do Cruzeiro de Santa Bárbara grande respeito e imensa devoção à sua Padroeira. Nos anos de 1961 e 1962, respectivamente, houve o passamento de sua filha Luizinha e da sua esposa Anna Santolin Coltro. Em março de 1965, Luiz Ângelo veio falecer. Esta narrativa teve a contribuição de minha tia Darci e de minha mãe Felícia. ●



Fragmentos da História de Sumaré



Francisco Camillo Giaj-Levra

UM HOMEM DIFERENTE

Francisco Camillo Giaj-Levra nasceu em Turim, Itália, no dia 8 de agosto de 1886. Veio para o Brasil para trabalhar como Técnico em Eletricidade. Seu primeiro emprego em nosso país foi na cidade de Faxina, hoje Ituverava, na Empresa Luz e Força Meridional Paulista, com sede naquela localidade.

Dez anos depois mudou-se para Rebouças. Era o dia 30 de dezembro de 1923. Começou a trabalhar na Subestação de Energia Elétrica da Cia. Paulista de Estradas de Ferro.

Ficou nesse lugar por 30 anos, onde se aposentou como Chefe.

Em Rebouças, Francisco Camillo Giaj-Levra integrou-se com os patrícios italianos. Foi dirigente, todo esse tempo, da Sociedade Italiana de Rebouças, mais tarde rebatizada de Grêmio Esportivo Paulista. Chegou a participar da diretoria do Clube Recreativo e Esportivo Alliança. Foi fundador da Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar de Rebouças, mais tarde denominado “Grupo Escolar Professor André Rodrigues de Alkimin”. Foi também um dos fundadores da União Operária Sumareense (U.O.S.), mais tarde rebatizada como “União Cultural XVI de Dezembro”. Giaj-Levra era uma pessoa letrada. Escrevia corretamente em italiano e português. Na falta de um veículo de imprensa no pequeno povoado, escrevia, publicava e distribuía panfletos pela cidade, alertando ou criticando autoridades do município de Campinas, ao qual Rebouças estava vinculada. Esses folhetos tinham um nome: BOLETIM FRAMILLISTA. O título tinha a ver com Framillo, seu pseudônimo. Seu último Boletim foi escrito e distribuído em setembro de 1954. Faleceu no dia 20 de março de 1956, na capital paulista.

UM PROFESSOR ESPECIAL

Plínio Machado da Silva nasceu na cidade de Monte Mor no dia 8 de março de 1901. Foi nessa cidade que fez o curso primário. Em



J.P.Fenley & Cia.Ltda. - Beneficiadora de Algodão

seguida matriculou-se no Instituto de Educação Carlos Gomes, de Campinas, onde se formou professor, na turma de 1921.

Foi o primeiro professor da Escola Mista do Bairro da Taquara Branca, em 1923. No final de 1924 foi transferido para a cidade de Aracatuba. No ano seguinte, em 1925, foi nomeado professor para uma das classes criadas em Rebouças, depois da transformação das Escolas Reunidas em Grupo Escolar de Rebouças.

O Professor Plínio participou ativamente da vida social e cultural do povoado de Rebouças. Participou de Grupo de Escoteiros, da Caixa Escolar, de Grêmio Dramático da Sociedade Italiana e do Clube Recreativo e Esportivo

Alliança. Em todas essas atividades, o foco de seu trabalho foi a criança. Para elas ofereceu trabalho, com educação e amor.

Diante de seus alunos, como professor, Plínio exigia bom comportamento e silêncio. Era costume do professor reservar 15 minutos antes do encerramento da aula para ler historinhas. Escolhia um livro e lia, a cada dia, um trecho. Os alunos ouviam sua fala com redobrada atenção. Nessa época o Grupo abrigava alunos de todos os lugares do distrito, e de todas as qualificações sociais. Esse fato ajudou a comunidade a se integrar, diminuindo as diferenças culturais entre os diversos segmentos, formados principalmente por imigrantes.

A severidade e a seriedade no tra-

to com os alunos eram motivo de respeito e admiração por parte dos pais. E também dos alunos. Muitos deles estiveram presentes na homenagem que a Prefeitura Municipal fez ao antigo professor, quando seu nome foi dado à Biblioteca Municipal. O professor Plínio e o filho Júnior estiveram presentes.

OS NOMES DE SUMARÉ

A historiadora Fernanda Gabriela Biondo fez uma interessante pesquisa no Arquivo Público de Campinas, município do qual Rebouças era distrito. Ela encontrou os documentos do plebiscito realizado em 1943 pelo subprefeito João de Vasconcelos, na Sub-

prefeitura local (hoje Centro de Memória). Havia uma urna, onde o povo depositava seu voto para o novo nome do lugar. Depois de três dias, João convocou uma reunião pública para apurar os votos. O resultado foi o seguinte:

“Sumaré, 523 votos; Tipuana, 97 votos; Valenópolis, 10 votos; Andorinhas, 7 votos; Iara, 5 votos; Azaléia, 1 voto; Bartira, 1 voto.”

Curiosamente não apareceu nenhum voto para “Ouro Branco”, sugestão difundida por alguns moradores antigos, para homenagear a principal riqueza agrícola do município – o algodão. Em 1945 o pequeno povoado mudou oficialmente de nome, atendendo uma legislação federal, que proibia que duas localidades brasileiras tivessem a mesma denominação. Sumaré passou a ser o nome da nossa cidade.

A LAVOURA DE ALGODÃO EM SUMARÉ

A agricultura de Rebouças-Sumaré passou por períodos distintos. Das origens do povoado até 1930, a exemplo do Brasil, o café era o principal produto explorado em nossa área rural.

Com a chegada de imigrantes norte-americanos na região, a cultura do algodão começou a ser praticada e difundida. Alguns desses imigrantes estabelecidos em Rebouças começaram a cultivar essa planta em suas propriedades. Em 1920 foi montada em Rebouças uma pequena usina de beneficiamento de algodão. Em 1929 apareceu uma segunda fábrica, de

um imigrante norte-americano: Joseph Pleasant Fenley. Sua empresa estava instalada na esquina das ruas 7 de Setembro com a Terceira Travessa, mais tarde denominada Rua Antonio do Valle Mello. A razão social da empresa do imigrante radicado em Sumaré era J. P. Fenley & Cia. Ltda.

Depois de 1930 o algodão passou a ser nossa principal lavoura. Pequenos e grandes produtores centravam suas atenções nessa atividade, gerando emprego e riqueza.

Em 1943, por ocasião do plebiscito que mudou o nome de Rebouças para Sumaré, algumas pessoas do lugar defenderam a ideia de que um dos nomes a ser discutido e

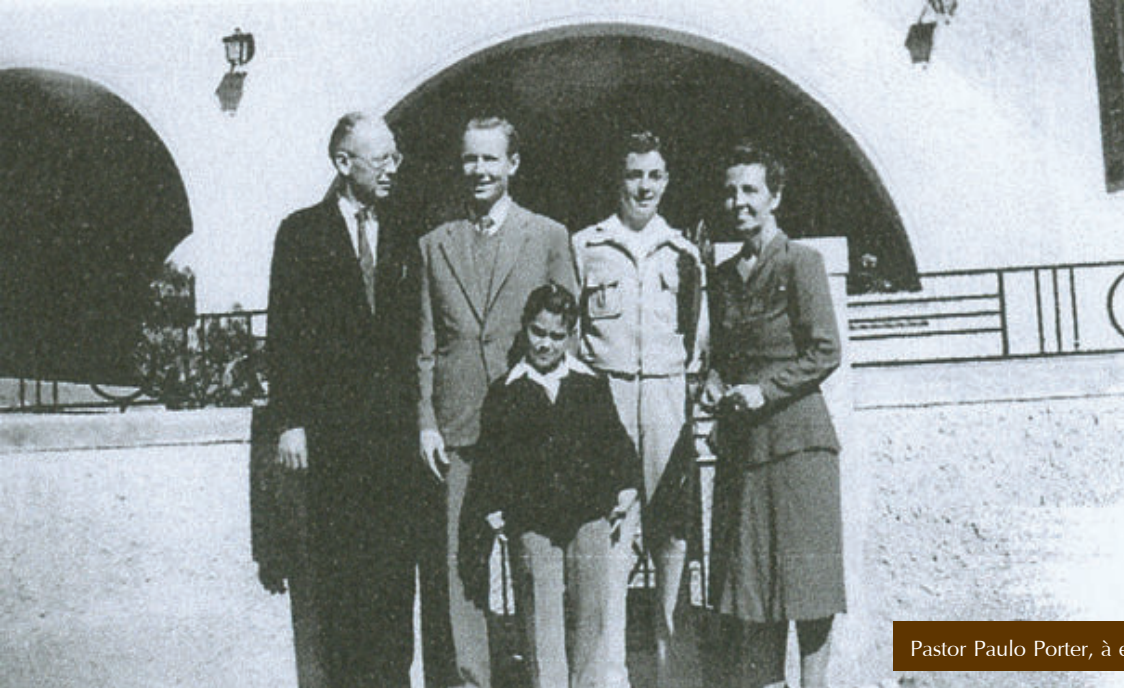
votado deveria ser “Ouro Branco” – que acabou não acontecendo.

Foi tão grande a produção da lavoura de algodão em Sumaré que a SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro instalou uma unidade no município, na Rodovia Anhanguera, onde hoje é a HONDA. Ela comprava, beneficiava, armazenava e comercializava a produção do município e da região. Seu gerente era Ionas Lopes Pereira, que acabou fixando residência definitiva em Sumaré.

As sucessivas pragas e o advento de uma lavoura mais rápida e lucrativa, como o tomate-estaqueado, acabaram decretando o fim do ciclo do algodão.



Ludovico Scrocca com a esposa Iolanda Raposeiro



Pastor Paulo Porter, à esquerda, com a família

PRIMEIRO APARELHO DE TELEVISÃO

Ludovico Scrocca era alfaiate. Tinha seu negócio e moradia na rua 7 de Setembro, na metade da terceira quadra, para quem sobe. Foi ele quem comprou o primeiro aparelho de televisão na cidade, na década de 1950. Foi tão grande a novidade que colocou o televisor na porta do seu estabelecimento, à noite, para que a população visse a programação exibida – no caso, da antiga TV Tupi. Esse aparelho ainda existe e está conservado e guardado pelo historiador Ulisses Pedroni.

Ludovico freqüentava com a esposa e as duas filhas os principais eventos sociais da cidade. Em 1932 participou do movimento MMDC, que combateu a ditadura de Getúlio Vargas.

SUMARÉ E OS TIMES DE CAMPINAS

Guarani e Ponte Preta exerceram uma influência muito grande na população de Sumaré. A proximidade com a cidade de Campinas explica isso. O time principal da

Ponte Preta jogou em duas oportunidades no Estádio Luiz Fruituoso, contra o Clube Recreativo Sumaré. Como não poderia deixar de ser, venceu nas duas oportunidades, com facilidade. Um desses jogos foi gravado em filme, e a Associação Pró-Memória tem uma cópia em seu arquivo. O Guarani inaugurou o sistema de iluminação do mesmo estádio, jogando contra a Sociedade Esportiva Palmeiras, em 1963. Na década passada um acordo entre a Prefeitura Municipal e a Associação Atlética Ponte Preta acabou criando a Ponte Preta Sumaré, que disputou com sucesso as antigas séries B3 e B2 da Federação Paulista de Futebol (equivalente à 5ª. e 6ª. divisão). A equipe foi promovida nas duas oportunidades, mas infelizmente depois disso acabou a parceria e o time da Ponte Preta Sumaré foi extinto.

FUNDAÇÃO DA PRIMEIRA IGREJA BATISTA

A primeira Igreja Batista de Sumaré foi criada oficialmente no dia 4 de setembro de 1949, sob

a direção do missionário norte-americano Paulo Porter. A madrinha foi a Segunda Igreja Batista de Nova Odessa, cujo pastor era Arthur Stefemberg. Por causa dessa data o mês de Setembro foi consagrado como o mês da Campanha de Evangelização. Na cerimônia de instalação da Igreja oraram os pastores da Igreja Batista de Palma e da Igreja Batista Russa de Varpa. Charlotte Estelle Vaughan foi a primeira Secretária da Igreja.

ELETROMETAL

A Eletrometal Aços Finos S.A. foi instalada no distrito de Nova Veneza no ano de 1961. Os irmãos José e Hélio Diniz de Souza foram os responsáveis pela criação da pequena fundição, que se transformou num império nas décadas seguintes. A Eletrometal impulsionou como poucas empresas o crescimento de Nova Veneza, oferecendo empregos e outros benefícios. Hoje ocupa o segundo lugar no ranking das empresas do município, com o nome de Villares Metals. ●



O Antigo Posto Raffi



Posto Raffi na década de 1950

Antigo conhecido dos moradores da região de Nova Venéza, o Posto Raffi também foi um importante agente do desenvolvimento local e um dos primeiros postos de gasolina na Rodovia Anhanguera. Fruto empreendedor do descendente de italianos José Raffi Sobrinho, que percebendo o aumento da frota de veículos nos anos 50, além da importância da Anhanguera como ligação entre São Paulo, interior e a futura Capital Federal, resolveu construir em 1958, um posto de gasolina moderno que não só oferecia combustível, mas muitas outras facilidades, como restaurante, lanchonete, hospedagem, oficina mecânica, loja de acessório etc.

José Raffi, que já possuía o posto Aparecidinha, pensou em implantar o conceito americano de postos de estrada, que incluía todas essas facilidades além do chamado Motel, palavra que originalmente designava um Hotel para Motoristas. Então, em 10 de outubro de 1958, surgia o Auto Posto e Motel Irmãos Raffi. Em uma época onde havia poucos postos de combustível, o Raffi era um porto seguro aos viajantes, que podiam abastecer, comer e até descansar durante a noite. Era famoso não só entre os moradores de Sumaré, mas também entre os viajantes e caminhoneiros dos mais distantes Estados do Brasil.



José Raffi Sobrinho

José Raffi e sua esposa tiveram quatro filhos: Terezinha, Nelson Herval, Clovis Hairton e Luis Carlos, também conhecido como “Biluca”. Todos os filhos, além do genro Dr. Antônio Carlos Proença Kaysel, tiveram um importante papel no gerenciamento dos negócios da família, principalmente após a morte do pai, em 1970. Pois além do Posto, a família possuía outros empreendimentos, como sítio, olaria e casa de peças, e o posto Barra Limpa, na cidade de Matão SP. Mas, de todos os empreendimentos, o Posto de Sumaré era o mais importante, pois era cuidado de perto pela família, que chegou a morar nele durante algum tempo. Construído em uma área de 19.500m², no Km 113 da Rodovia Anhanguera, o Posto possuía uma ótima infraestrutura para a época. Tinha em seu pavimento inferior: restaurante, lanchonete, loja de conveniência e acessórios, e no pavimento superior, 16 dormitórios e três apartamentos. Também criado nos anos 50, o Jardim Nova Veneza, bem em frente ao posto, se beneficiou de suas facilita-

des, além de oferecer-lhe mão-de-obra. Alguns funcionários como Santo, Terezinha, José Carlos, Dionísio, Mauro e Sr. Mário, trabalharam no Raffi por décadas. Além deles, muitos migrantes ou seus descendentes, que numerosamente vinham para Sumaré a partir dos anos 60, encontram no Raffi um emprego para o sustento de suas famílias; entre eles estão José Cananéia e Merinaldo Frois, que trabalharam no posto por boa parte de suas vidas. Cananéia, que começou em 1970 com 16 anos, lembra das personalidades importantes que ali passaram, como a comitiva do governador Laudo Natel.

Merinaldo, que também começou sua vida profissional no Raffi, em 1971, lembra saudosamente dessa época tranquila, em que o posto era cercado por sítios e fazendas de famílias como os Campo Dall’Orto e onde era possível tomar leite tirado nos currais vizinhos.

Ele lembra também que, antes da construção do DAE em Nova Veneza no final dos anos 60, o bairro sofria muito com a falta d’água e

José Raffi chegou a comprar um caminhão-pipa para abastecer os moradores. Cananéia recorda que, entre os anos 70 e 80, quando o movimento da Anhanguera já era bastante expressivo e ainda havia poucos concorrentes, o Raffi viveu seu auge, funcionando 24 horas por dia, além de empregar mais de 100 funcionários.

São também dessa época a banca de jornal do Badaró e a oficina do Negretto. Outro personagem que é a história viva do Posto Raffi é o Sr. Santo de Godoy, que trabalhou no Posto de 1958 a 2000. Ele conta que, no início, a Anhanguera era de terra no trecho entre Campinas e Limeira e pode acompanhar o desenvolvimento da estrada, sendo asfaltada, duplicada e por fim, recebendo a terceira faixa. Outra curiosidade muito bem lembrada por todos é o antigo telefone de manivela, um dos poucos de Sumaré e que compunha uma dessas facilidades que o Posto oferecia. Era o PS8001 (o número da linha era 8001), como lembram Santo e Cananéia. Com ele, muitos moradores da região podiam manter

Muitas empresas surgiram nessa época, que junto com o Posto, trouxeram desenvolvimento à região, mas o Raffi no segmento comercial mantinha um maior vínculo de inter-relação com a comunidade local.

contato com seus parentes distantes, além de oferecer o serviço de mensageiro, mas era preciso tirar o fone do gancho, girar a manivela e dizer para a telefonista com qual cidade e número gostaria de falar, o que, dependendo da situação, podia demorar horas. Todos contam que muitas personalidades importantes passaram pelo Raffi, como o rei Roberto Carlos, que chegou a passar alguns dias em uma chácara em Nova Veneza. Além dele, muitos outros passaram por ali, como Erasmo Carlos, Jair Rodrigues, Jô Soares, os Trapalhões, sem contar as duplas sertanejas que eram clientes frequentes, como Milionário e José Rico. Em 1983, no aniversário de 25 anos do Posto, uma grande festa foi organizada com Show de Chitãozinho e Xororó e um bolo de aniversário gigante colocado sobre a carroceria de dois caminhões, pois tinha uns doze metros, como lembra Cananéia, que foi em seguida consumido em menos de 20 minutos pelo público.

Muitas empresas surgiram nessa época, que junto com o Posto, trouxeram desenvolvimento à região, mas o Raffi no segmento comercial mantinha um maior vínculo de inter-relação com a comunidade local. Um exemplo disso é o Jardim Dall'Orto, que surgiu no início dos anos 1970, nessa relação de benefício mútuo com o vizinho Posto Raffi.

Nos 35 anos de existência sob o comando da família Raffi, o Posto mudou de bandeira quatro vezes. A primeira foi a Gulf, seguida por Ipiranga, Atlantic e Shel, em 1977. Mas a principal mudança viria em 1993 quando, apesar do grande movimento da Rodovia

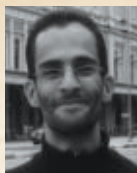
Anhanguera, havia crescido muito a concorrência de outros postos na região e a família decidiu vender o posto para o Grupo Borssato. Ele decidiu demolir o antigo prédio, para construir um outro maior e mais moderno, seguindo a linha das grandes redes. Porém, infelizmente, perdeu um pouco do charme dos antigos postos de estrada do interior.

Trabalhei no Posto em sua loja de acessórios de 1992 a 2000, mas mesmo depois continuei como assíduo freguês, principalmente do pingado de sua lanchonete. Porém, no dia 9 de dezembro de 2013, no início da manhã, um oficial de justiça veio cumprir uma ordem judicial, quando então o Posto encerrou suas atividades. ●



Ambas as fotos: Posto Raffi na década de 1950





Bruno Izaias da Silva

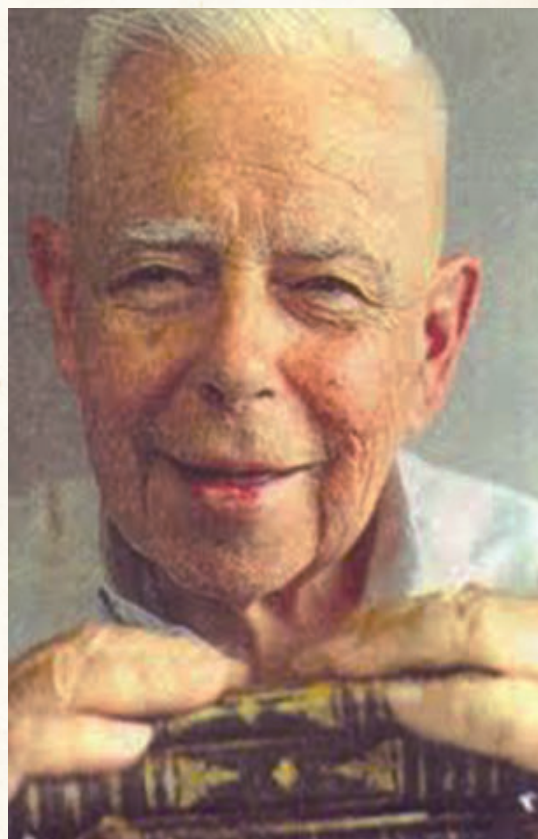
Vida e Obra do Professor Odilon Nogueira de Mattos

Dizem que os maiores tesouros estão guardados nos locais mais improváveis. Este texto tem a missão de provar ao leitor o quanto a máxima está correta. Além disso, divulgar aos habitantes de Campinas e região a importância da Associação Pró-Memória de Sumaré e seus diferentes acervos, em especial, aquele pertencente ao professor Odilon.

Odilon Nogueira de Mattos, historiador de renome, nasceu em Piratininga, estado de São Paulo, em 5 de maio de 1916. Fez estudos secundários em Campinas, Bauru e Juiz de Fora, segundo a Academia Paulista de Letras, uma das muitas associações da qual fez parte e exerceu papel preponderante.

Licenciou-se em História e Geografia na USP (Universidade de São Paulo), conseguiu seu doutoramento em Ciências pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Lecionou na USP, PUC SP, e PUC Campinas, Fundação Cásper Líbero, Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), entre outros.

Recebeu, ao longo de décadas de trabalho, pesquisa e educação, inúmeros prêmios, medalhas, menções, além de manifestações sinceras de respeito, carinho e admiração de alunos, colegas, historiadores, professores e profissionais de diversas áreas, civis ou militares. Nesses anos de trabalho, reuniu e produziu vasto material, sobre diversos assuntos, revelando-se com o tempo um historiador polivalente, versado nos mais variados domínios da História e das Ciências Sociais.



O seu acervo revela suas várias paixões e o esmero que dedicava tanto à reunião dos materiais e pesquisas feitas quanto na escrita de seus livros e

artigos. Também se vê pelo acervo a intensa movimentação do professor por diferentes cenários acadêmicos do Brasil e do exterior, sempre muito solicitado em palestras, cursos e apresentações, e o apreço de acadêmicos nacionais e internacionais, revelados em cartas e postais reunidos numa das dezenas de caixas de documentos do professor.

Parte do acervo revela também o respeito e admiração ao trabalho do professor vindo do meio militar. Sua participação em órgãos e associações de pesquisa da História Militar Terrestre do Brasil fica evidente ao examinarmos as homenagens que o Exército Brasileiro lhe rendeu.

O acervo do professor Odilon se encontra organizado em mais de 20 caixas, em um dos prédios da Associação Pró-Memória de Sumaré, mantidos sob tutela de funcionários e historiadores, entre eles Alaerte Menuzzo, diretor da associação, à qual foi confiado o acervo. Ali temos um panorama geral de toda uma produção monumental de um dos maiores historiadores brasileiros. Pesquisadores das mais diversas áreas, historiadores e mesmo o público geral ficam surpresos ao saberem do tamanho e importância do acervo de um historiador de destaque nacional que está “escondido”, guardado em nossa cidade.

Nosso intuito é divulgar a existência do acervo a outros pesquisadores, na região e fora dela, para que a obra e a memória do professor Odilon sejam sempre revisitados e valorizados de forma a contribuir com o esforço de preservação da memória da região.

HISTÓRIA DE CAMPINAS

Um dos eixos temáticos principais que nortearam o trabalho do professor Odilon foi a história da cidade de Campinas. Adotada por ele com muito carinho, a cidade inspirou livros, artigos em diversas publicações e uma grande quantidade de rascunhos e anotações, hoje preservados pela Associação Pró-Memória.

Tendo sido um dos grandes personagens da cidade, sua presença se fez sentir não apenas na escrita, mas na participação em várias entidades municipais destinadas à História e Memória de Campinas. O Instituto Granberry, O Rotary, a Academia Campineira de Letras, a Faculdade de Música de Campinas são alguns dos muitos grupos e associações que lhe renderam homenagens e medalhas.

Publicou livros e artigos sobre diversas facetas da vida social, política e econômica de Campinas e mesmo da região, tratando desde a economia cafeeira, passando pelos trabalhos sobre as ferrovias e as discussões a respeito do modo de vida do campineiro. Valorizou e se envolveu nas iniciativas que nasciam ou se fortaleciam na cidade quando de sua atuação.

Esteve sempre presente e atuante na preservação da memória e da História de Campinas e seu povo, e foi reconhecido por isso. Entre troféus e medalhas constantes no acervo da Pró-Memória, muitos vêm dessas entidades, ajudadas em grande medida pelo trabalho do professor Odilon.

Essa faceta de suas pesquisas inclui obras de referência, como Capítulos da História Colonial de Campinas, de 1939, onde aborda o

Pesquisadores das mais diversas áreas, historiadores e mesmo o público geral ficam surpresos ao saberem do tamanho e importância do acervo de um historiador de destaque nacional que está “escondido”, guardado em nossa cidade.

cotidiano da cidade em seu período inicial, desvendando costumes e práticas culturais, econômicas e políticas daqueles que fizeram parte da formação da cidade.

HISTÓRIA DA MÚSICA

O acervo do professor Odilon conta com muitas publicações, periódicos, livros e documentos manuscritos ou não. Porém, há ali outro acervo de imenso valor para historiadores e estudiosos da arte e da cultura brasileira e internacional.

Tido como referência internacional em História da Música, o professor Odilon reuniu imensa coleção de discos, em sua maioria de música clássica. Material reunido em numerosos anos de pesquisa e dedicação ao seu próprio gosto musical, o acervo conta com obras de grandes compositores de diferentes países, o que proporcionou ao pesquisador uma viagem ao mundo através dos discos e da documentação produzida.

Não sendo apenas atento à música internacional, o professor Odilon se envolveu, produziu e colecionou material relativo à música produzida aqui na região. O professor foi um grande divulgador

da música em Campinas e cidades vizinhas, sendo laureado com diferentes prêmios das entidades representantes da música Campineira como as medalhas concedidas pelo Conservatório Municipal Carlos Gomes.

Seus artigos, cujos manuscritos estão também disponíveis no acervo, versaram sobre os mais diversos domínios da história brasileira e internacional. Escreveu artigos sobre os romanos com a mesma competência com que tratava da história da música. Publicados pelos mais diversos meios de comunicação, suas pesquisas se fizeram fonte obrigatória para alunos de História de todo o país.

Alguns de seus discípulos e alunos também se dedicaram à História da música, produzindo monografias e pesquisas de diferentes graus, guardadas com muito cuidado pelo professor e agora disponíveis para consultas na Associação Pró-Memória.

VIAJANTES ESTRANGEIROS

A vasta obra do professor Odilon

Nogueira de Mattos, além de contemplar a história regional e a história da música, possui outra área de destaque, na qual o professor se tornou, mais uma vez, referência internacional, ao realizar volumosa produção sobre os testemunhos, experiências e impressões deixadas por estrangeiros que visitaram ou viveram no Brasil em algum momento de nossa história.

Reunindo material vindo dos quatro cantos do mundo, Odilon pesquisou as origens, motivações, atuações e experiências de personagens famosos e desconhecidos da história, que em algum momento, estiveram no Brasil. Diferentes pessoas, com diferentes propósitos, diversas atuações em solo pátrio.

Desde Debret, pintor francês cuja obra e história são bem conhecidas, inúmeros estrangeiros deixaram de diferentes formas, suas impressões sobre o país e como este atenderia aos diferentes interesses pessoais de cada um. Encontramos as histórias de piratas, mercenários, cientistas, naturalistas e artistas que vieram ao Brasil, às vezes como parte de esforços di-

plomáticos de aproximação com outros países. Outras vezes, clandestinos que estiveram aqui como mercenários para atuar em algum conflito, ou piratas que se aproveitaram da desprotegida costa para formar fortuna.

Além das anotações realizadas em fase de pesquisa, também constam no acervo as obras resultantes dessas pesquisas. Revistas e livros que contam a história desses estrangeiros, produzidos pelos mais variados centros universitários do país. A pesquisa do professor Odilon quanto a esses estrangeiros oferece um outro olhar para o país. Através de sua obra podemos entender como o Brasil é visto de fora desde os tempos da colônia e como se desenvolveu a sistemática da entrada, acolhimento e saída (ou expulsão) de estrangeiros no país. Como regiões inteiras do Brasil, como o Sul, por exemplo, desenvolvem uma dinâmica social própria resultante da interação com estrangeiros, bem como as marcas deixadas por eles em regiões mais centrais, como Rio de Janeiro ou São Paulo. O trabalho do professor Odilon Nogueira de Mattos, que hoje figura como parte do acervo da Associação Pró-Memória de Sumaré, atende às expectativas e necessidades quanto à valorização da história e da memória da cidade e da região de Campinas. Trata-se de parte importante de nosso esforço em fazer de nossa história um patrimônio a ser cuidado e preservado, mas também divulgado e pesquisado, conhecido por nosso povo e valorizado como parte fundamental da vida de nossa cidade. Todo esforço nessa direção é mais que válido. É missão a ser cumprida. ●





Centro de Memória de Hortolândia

"Professor Leovigildo Duarte Junior"

O Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior" é órgão público criado pela Lei Municipal nº225/1994, e que recebeu seu patronímico a partir da Lei Municipal nº 2.793/2013, em homenagem ao seu idealizador e fundador. De acordo com a Lei Municipal de sua criação, este órgão público tem as atribuições de *"assegurar a proteção e preservação dos documentos arquivísticos dos Poderes Executivo e Legislativo (...)"*; *"harmonizar as diversas fases da gestão de documentos arquivísticos, atendendo às peculiaridades dos órgãos geradores e acumuladores da documentação"*; e *"facilitar e democratizar ao público em geral o acesso ao patrimônio arquivístico do Município de Hortolândia"*. Após anos em processo de estruturação administrativa e de constituição de diversificado

acervo de valor histórico, o Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior", atualmente, não somente realiza sua missão originária acima descrita, como também se propõe a desenvolver projetos, estudos e pesquisas que resultem em produções socioculturais, historiográficas e museais, amplas e interdisciplinares, preocupando-se com a localidade sempre a partir dos contextos regional e nacional nos quais esta se insere.

Desde 2014, o Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior" conta com uma Sede Administrativa, na qual também se encontra o Arquivo Histórico; e outra Sede Museal, a "Estação Jacuba", Patrimônio Cultural Municipal tombado mediante o Decreto Municipal nº 1.150/2003, cuja edificação e entorno receberam recentemente

restauração/reforma para esta finalidade. O Acervo do Arquivo Histórico é constituído, basicamente, por um fundo público que reúne Coleções de Clippings, Fotografias e Documentos Audiovisuais, produzidos ao longo das sucessivas gestões municipais de Hortolândia; além da coleção particular "Leovigildo Duarte Junior", que reúne livros, discos, anotações, dentre outros documentos que lhe eram pertencentes, legados ao órgão público municipal. No presente momento, o Acervo do Arquivo Histórico vem recebendo processamento técnico de higienização, identificação e catalogação, com vistas à sua integral digitalização e disponibilização online de toda esta documentação ora reunida. As coleções dispostas à Sede Museal, por sua vez, são constituídas de peças, imagens e produções expográficas de valor histórico



Estação Ferroviária de Jacuba

e sociocultural para as comunidades locais e regionais (e que colaboraram com a doação e/ou empréstimo de pertences pessoais e familiares), como também para a Prefeitura Municipal de Hortolândia, que hoje preserva e faz a gestão deste Patrimônio Cultural Municipal e entorno.

Em nome da equipe gestora, faz-se público o convite às comunidades locais/regionais visitarem, participarem, interagirem, e consultarem o Acervo Histórico e as Exposições do Centro de Memória de Hortolândia “Leovigildo Duarte Junior”. O Arquivo Histórico e a “Estação Jacuba” somente receberão maior incremento – em termos de aquisição documental e

de produção historiográfica, museal e sociocultural –, se contarmos com seu apoio.

SUMA BIOGRÁFICA DO AUTOR

Dados Biográficos

Neto de Sebastião Carlos Duarte, Joanna de Barros Duarte, Valencio Álvares Leite e Cecília Leite de Godoy; filho de Leovigildo Duarte e de Jandyra Álvares Duarte. Segundo dentre seis irmãs (duas das quais já falecidas), e um irmão, Leovigildo Duarte Junior nasceu em Araras, Estado de São Paulo, em 16 de Março de 1941. Casou-se por três vezes: com Le-

ocyl Sofia Borelli, com quem teve duas filhas, Érica Borelli Duarte e Tatiana Borelli Duarte; com Terezinha França de Mendonça Duarte, falecida em 10 de julho de 1994, e com a qual teve dois filhos, Leovigildo Duarte Neto e Luiz Antonio Mendonça Duarte; e com Maria Augusta França de Campos Duarte.. Leovigildo faleceu em Campinas, a 16 de Maio de 2009, no Hospital e Maternidade “Celso Pierro”. Foi sepultado no Cemitério da Saudade, em Sumaré, Estado de São Paulo. Era carinhosamente apelidado como “Professor Leo”. Paixões maiores, os filhos, o estudo e o ensino. Seus lazeres, camping e colecionismo.

VIVÊNCIA ESCOLAR E ACADÊMICA

Deu inícios a seus estudos no Seminário Menor “São Carlos Borromeu”, em Sorocaba, Estado de São Paulo, em 1952; sendo transferido para a Escola Estadual e Colégio Normal “Dr. Cesário Coimbra, em sua terra natal, Araras, para concluir o 1º ano do Curso Primário, a finais de 1953. Nesta instituição, deu continuidade à vida colegial, concluída em janeiro de 1962, obtendo diploma para lecionar no Magistério Primário. Concomitante a seus estudos à Escola Normal, em 1959 ingressou no Curso Técnico em Contabilidade, à extinta Escola Técnica de Comércio e Contabilidade, também em Araras, tendo o concluído em 1961. Ingresso no ensino superior, licenciou-se em Ciências Sociais, quando o curso entre fevereiro de 1967 e janeiro de 1971, à antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Estado de São Paulo (FFCL-RC) – curso este extinto quando da incorporação da instituição de ensino à Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho (UNESP), em 1976. À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), iniciou o Mestrado em História Econômica, sob orientação do Professor Doutor Emanuel Soares da Veiga Garcia, iniciado em 1º de Abril de 1974; contudo não o concluindo, mediante a solicitação de trancamento de matrícula efetuada em 27 de maio de 1975. Ainda assim, à mesma época, deu continuidade aos estudos e à ca-

pacitação intelectual/profissional; por exemplo, freqüentando, em 1975, o curso “Economia do Desenvolvimento”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ministrado pelo Professor Doutor Celso Monteiro Furtado, eminente economista e político brasileiro. Após anos de militância intelectual e sociocultural, a partir do

Em nome da equipe gestora, faz-se público o convite às comunidades locais/regionais visitarem, participarem, interagirem, e consultarem o Acervo Histórico e as Exposições do Centro de Memória de Hortolândia “Leovigildo Duarte Junior”.

ensino e da política local em Sumaré e Região Metropolitana de Campinas – onde construiu sua vida familiar e profissional –, foi admitido, em 2001, no Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP (PPGHE-IE-UNICAMP), no nível de Mestrado, defendendo, em 2003, a dissertação intitulada “*Sesmeiros e Possesiros na Formação Histórica e Econômica da Capitania de São Vicente, depois chamada São Paulo: das suas Origens ao Século XVIII*”, sob orientação da

Professora Doutora Lígia Maria Osório Silva.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Deu início à carreira no Magistério Primário, à Rede Pública Estadual, em localidades do litoral norte paulista, atuando em Ubatuba (Praia de Picinguaba), ao longo de 1964, e em São Sebastião (Praia de Juqueí), entre 1965 e 1966. Servidor efetivo da Rede Estadual de Ensino, desde 1965, transferiu-se para Sumaré a início de 1967; de todo modo, afastando-se imediatamente, sem remuneração, para frequentar o curso de Ciências Sociais da extinta FFCL de Rio Claro-SP, e reintegrado ao cargo após a obtenção do diploma, em janeiro de 1971, sendo-lhe permitido então lecionar no Magistério Secundário, assim como no Ensino Superior.

Foi servidor efetivo da Rede Estadual de Ensino até finais de 1976, quando foi exonerado a pedido. Durante este período, lecionou na Escola de Primeiro e Segundo Graus (atual Escola Estadual) “Professor André Rodrigues Alkmin”, até inícios de 1976; assim como na E.E.P.S.G. (atual Escola Estadual) “Dom Jayme Barros Câmara”, unidade de ensino para a qual foi transferido neste mesmo ano, e ali permanecendo até o final do ano letivo. Retornou à Rede Estadual de Ensino a inícios de 2006, quando lecionou nas Escolas Estaduais “Prof. Vito Carmine Cerbasi” e “Angelo Campo Dall’Orto” até finais de 2008.

Entre 1967 e 1992, à Rede Municipal de Ensino de Sumaré, dentro da qual fez longa e perene carreira, lecionou, respectivamente,



Leovigildo Duarte Junior

nas seguintes unidades de ensino: Escola Municipal (antigo Colégio Comercial Municipal) “Dr. Leandro Franceschini”, e Escola Normal Municipal “José de Anchieta”. Tais atividades no Magistério Primário e Secundário em Sumaré ocorreram juntamente à sua atuação político-administrativa, como Diretor da Divisão/Departamento de Educação e Cultura do referido município, até se aposentar em 1º de junho de 1992.

No âmbito do ensino superior, lecionou como professor universitário no Instituto Salesiano Dom Bosco (atual UNISAL). Nesta instituição, ministrou, entre abril de 1974 e janeiro de 1988, a disciplina “Economia Brasileira”, para o curso de Graduação em Administração de Empresas, do Instituto de Ciências Sociais de Americana, Estado de São Paulo. Neste ínterim, orientou diversos alunos com suas monografias e trabalhos de conclusão de curso.

Além da docência e pesquisa, proferiu palestras, debates e seminários em diversas instituições de

ensino superior da atual Região Metropolitana de Campinas e Brasil afora.

MILITÂNCIA POLÍTICA E SOCIOCULTURAL

Deu início à militância política ainda à juventude, em Araras-SP. Chegou a ser indiciado por “crime contra a segurança nacional” pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), já nos primeiros momentos sucessivos ao golpe civil-militar de 1964. Possivelmente por isto, decidiu-se por residir e atuar profissionalmente no litoral norte paulista, para se afastar de qualquer perseguição política, uma vez casado e já com filhas pequenas.

Já residente em Sumaré-SP, após concorrer ao pleito municipal para prefeito em 1972, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Professor Leovigildo Duarte Junior assumiu posto de Diretor de Divisão (posteriormente Departamento) de Educação e

Cultura (DECEL), do Município de Sumaré, durante as gestões municipais “João Smânio Franceschini”, entre 1973-1977; “Paulo Célio Moranza”, entre 1978-1982; “José Denadai”, entre 1983-1988; e “Paulino Carrara”, entre 1989-1992, até se aposentar. Também acumulou responsabilidades como primeiro Diretor do Departamento de Cultura, Esportes e Turismo (DECET), do Município de Sumaré, durante a primeira gestão “José Denadai”. Foi eleito vereador em Sumaré durante a legislatura 1983-1988, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1988, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ainda que por breve período. Em Hortolândia, Município Emancipado em 1991, foi nomeado Gerente de Divisão de Cultura e Turismo do Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Lazer (DECEL) em 1º de Janeiro de 1993; passou a Diretor da então recém-criada Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer (SECEL), em 1º de outubro de 1993; e chegou ao cargo de Secretário da mesma pasta em 1º de Fevereiro de 1994, durante a gestão “Luiz Antonio Dias da Silva”, entre 1993-1996, e neste permanecendo até sua exoneração em 31 de dezembro de 1996.

Deixou sua marca como militante pela educação e cultura e pelas melhorias dos serviços públicos em geral; sendo: fundador e primeiro presidente da Associação dos Servidores Municipais de Sumaré (ASMS), criada em 1976; membro-fundador do antigo Centro de Estudos Políticos e Sociais de Sumaré (CEPS), criado em 26 de fevereiro de 1976, e a partir do

qual nasceu o órgão de imprensa “Folha de Sumaré”, cuja primeira edição foi publicada em 7 de setembro do mesmo ano (nº01), e a última em 18 de outubro de 1980 (nº109) – quando o próprio CEPS, a partir de então, veio a se esvaziar e encerrar seu expediente –; membro-fundador da Associação Pró-Memória de Sumaré, criada em 14 de janeiro de 2004, abrigado no edifício e fundos do Centro de Memória “Thomaz Didona”, centenário edifício este que teve diversos usos ao longo de sua história. Cabe também destacar seu papel como militante do Movimento Pró-Emancipação de Hortolândia, e como pesquisador que criou coleções hemerotecárias que reúnem detalhadas informações sobre o processo emancipacionista e político-eleitoral desta localidade, entre os anos 1991 e 1993. Foi o idealizador e fundador do Centro de Memória de Hortolândia, criado pela Lei Municipal nº225/1994.

HOMENAGENS AO PROFESSOR LEOVIGILDO DUARTE JUNIOR

Por meio da Lei nº 4.919, de 21 de dezembro de 2009, o Município de Sumaré redefiniu as atribuições de seu antigo Centro de Formação para Profissionais em Educação (CEFOPES), fundado em 20 de outubro de 2006, e denominando-o Centro de Formação dos Educadores Municipais de Sumaré “Professor Leovigildo Duarte Junior” (CEFEMS). O Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”, por sua vez, recebeu seu justo patroní-

mico, por meio da Lei Municipal nº 2.793, de 6 de maio de 2013.

PRODUÇÃO LITERÁRIA DO AUTOR

Ao longo de sua trajetória intelectual, profissional e política, o Professor Leovigildo Duarte Junior escreveu e coordenou diversas publicações sobre as histórias locais de Sumaré e Hortolândia, além de colaborar voluntariamente para com jornais e periódicos de diversos municípios da Região Metropolitana de Campinas. Abaixo, alguns dos principais títulos de sua produção intelectual. ●

REFERÊNCIAS

DUARTE JUNIOR, Leovigildo. *Sesmeiros e Posseiros na Formação Histórica e Econômica da Capitania de São Vicente, depois chamada São Paulo: das suas Origens ao Século XVIII*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Dissertação de Mestrado.

_____. *Pequeno Glossário Histórico para Conviver no São Paulo do Brasil Colonial e Melhor Entender os Documentos da Época e os Escritos Posteriores sobre seus Fatos e Feitos*. Sumaré, 2003. Mimeo.

_____. *Inventário da Legislação Sesmarial para a Terra do Brasil e Melhor Entender as Concessões das Sesmarias na Capitania de São Paulo, através da Bibliografia e Documentos Disponíveis para Compreensão de seus Feitos e Efeitos*. Sumaré, 2003. Mimeo.

_____. *Hortolândia Município: A Preparação (Volume 1)*. Hortolândia, 1994. Hemeroteca.

_____. *Hortolândia Município: A Campanha (Volume 2)*. Hortolândia, 1994. Hemeroteca.

_____. *Hortolândia Município: A Votação – (Volume 3)*. Hortolândia, 1994. Hemeroteca.

_____. *Cartilha da Emancipação: História de Hortolândia*. Hortolândia, 1993. Mimeo.

_____. *Hortolândia Município: Subsídios para a História*. Hortolândia, 1992. Hemeroteca.

_____. *Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 – “Acertos e Desacertos: Preparando a Campanha” (Volume 1)*. Sumaré, 1990. Hemeroteca.

_____. *Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 – “Dada a Largada, a Campanha Pega Fogo” (Volume 2)*. Sumaré, 1990. Hemeroteca.

_____. *Sumaré: As Eleições Municipais de 1988 – “Na Reta Final, do Tudo Vale a Posse” (Volume 3)*. Sumaré, 1990. Hemeroteca.

DUARTE JUNIOR, Leovigildo (Dir.); PEDRONI, Ulisses; ARAÚJO (Pesq. Hist.), Benedito de Assis (Pesq. Estat.). *Sumaré - Edição Histórica*. São Paulo: Focus, 1975.

DUARTE JUNIOR, Leovigildo. *Sumaré – Aspectos: Econômicos, Políticos, Sociais*. Sumaré: Colégio Comercial Municipal “Dr. Leandro Franceschini”, 1972.



Fernanda Gabriela Biondo

Caminhos da Preservação: a Associação Pró-Memória de Sumaré

O objetivo deste artigo é ilustrar, brevemente, o papel e importância da Associação Pró-Memória de Sumaré, que completou em 2014 sua primeira década de esforço e dedicação, para nosso município. Referência no campo da preservação na região metropolitana de Campinas, a entidade tem o objetivo de preservar, recuperar e divulgar as histórias, memórias e referências culturais da cidade.

A PRESERVAÇÃO NO BRASIL

Preservação é um tema que tem sido debatido em terras brasileiras desde longa data. A chegada da família real portuguesa, em 1808, marcou o início de diversas ações que fomentaram o campo da preservação e criaram instituições responsáveis pela memória e história nacional. Assim, é fundada em 1810, no Rio de Janeiro, a primeira biblioteca brasileira, a Biblioteca Nacional, contendo um acervo de mais de sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas. Nosso primeiro museu, o Museu Nacional de História Natural, é inaugurado em 1818 e, em 1838, surge o Arquivo Nacional, com a finalidade de armazenar os documentos públicos. Essas instituições, apesar de suas especificidades técnicas, são depositários da memória coletiva e têm como função em comum preservar e facilitar o acesso à informação, assim como a manutenção e conservação de coleções.

No Brasil republicano, a década de 1930 também é considerada marco fundamental da trajetória da preservação. Ações passam a ser sistematizadas e institucionalizadas a nível nacional e, a preocupação em proteger os monumentos históricos e artísticos, que estavam se perdendo em função do acelerado processo de urbanização, é colocada na agenda pública em 1937, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, (atualmente reconhecido como instituto - IPHAN). Guardião legal do patrimônio nacional, esta autarquia federal deveria identificar e proteger os elementos culturais que representassem a identidade e a memória do povo brasileiro.



Acervo Pró-Memória de Sumaré

O IPHAN centralizou os esforços nacionais no caminho da preservação do patrimônio cultural até fins da década de 1960, quando procurou expandir as ações preservacionistas para o âmbito estadual. Nas décadas de 1970-80, fomentou a criação de órgãos locais de patrimônio e elaboração de legislações estaduais e municipais de proteção. Todas essas iniciativas surgiram no intuito de descentralizar a atuação do IPHAN, que já não tinha recursos econômicos e quadro de pessoal para suprir toda a demanda nacional.

É neste contexto que surge no Estado de São Paulo, em 1968, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT e, em 1987, no município de Sumaré, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental – CONDEPHAEA. Cada instância, CONDEPHAEA, CONDEPHAAT e IPHAN estariam, assim, comprometidas em identificar e preservar as referências culturais locais, reconhecendo e protegendo as identidades culturais Sumareenses, Paulistas e Brasileiras, respectivamente.

A PRESERVAÇÃO EM SUMARÉ: ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA

Esta breve apresentação da trajetória da preservação no Brasil tem por objetivo contribuir para compreendermos nosso lugar e papel neste campo. Apesar de existirem agências governamentais responsáveis pela proteção do nosso patrimônio, nós, sociedade civil, moradores de Sumaré, temos direitos e deveres referentes à preservação. Em 1988, a promulgada Constituição Federal, também conhecida como “constituição cida-

II Fórum do Patrimônio da Associação Pró-Memória de Sumaré



dã”, promoveu grandes mudanças no panorama preservacionista nacional. No artigo 216, § 1º, lê-se: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Este parágrafo institui o dever de todos nós em colaborar com a proteção do patrimônio, reconhecendo nossa responsabilidade, sem deixar apenas às mãos do Estado este papel.

É neste contexto, que ressaltamos a atuação da **Associação Pró-Memória de Sumaré**. Entidade oriunda da sociedade civil, constituída e formada por cidadãos sumarenses preocupados com a preservação da história

e da memória da cidade, a Pró-Memória completa uma década de lutas, esforços, desafios e vitórias, restaurando, preservando e protegendo os elementos históricos e culturais da cidade. Assim como as demais instituições de memória, como os museus, bibliotecas e arquivos, a Pró-Memória disponibiliza o acesso às informações de seu acervo. Este é formado por documentos históricos oriundos de arquivos e coleções pessoais, doados por professores, historiadores e moradores da cidade, e documentações do Arquivo da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal. Assim, possui atualmente um acervo composto por mais de 200 mil documentos textuais e 80 mil imagens digitalizadas, além de uma coleção de mais de 5 mil discos (LPs), de música erudita, em

perfeito estado de conservação.

Entre suas atividades, a Pró-Memória promove a interação com as universidades e escolas municipais e da região, que podem usufruir do acervo fotográfico, textual e musical por meio dos mais variados métodos interdisciplinares. Cabe aqui ressaltar que a pesquisa histórica não é exclusividade das disciplinas de História e Geografia no currículo escolar. O acervo Pró-Memória possui diversos objetos e documentações que podem ser explorados por todas as disciplinas curriculares. Além disso, a Pró-Memória também publica semanalmente artigos e fotos históricas em três jornais da cidade, edita um DVD mensal com as matérias publicadas nesses jornais, mantém um site disponível para consultas e pesquisas, com Rádio

WEB. A entidade também valoriza a cultura e os artistas locais, promovendo diversas exposições temporárias que são divulgadas mensalmente no site e nas redes sociais. A Associação conta com o apoio institucional da Prefeitura e Câmara de Vereadores e é mantida por associados, comunidade e patrocinadores culturais.

FÓRUM E REVISTA PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ

A ideia surgiu em 2013, ano em que a sede da Pró-Memória, o antigo prédio da Subprefeitura de Sumaré, patrimônio municipal tombado desde 1998, completava seu primeiro centenário. Para celebrar este evento foi elaborada uma programação para promover a interação e participação da população sumareense e região, incluindo a criação do **Fórum Pró-Memória de Sumaré**. O primeiro encontro, com o tema “*Patrimônio e Memória*”, realizado em 25 de outubro de 2013, aconteceu no anfiteatro Dirce Dalben, no Seminário de Nova Veneza – também patrimônio cultural tombado em 2008 – e contou com a participação de profissionais da cultura e da educação, a presença de autoridades locais, bem como uma breve apresentação da Orquestra Municipal. O tema em questão foi debatido por meio de três palestras que abordaram aspectos e desafios da preservação do Patrimônio Material e Imaterial, assim como metodologias educativas para abordar estes temas na sala de aula.

Como fruto da organização deste evento, que celebrou uma nova forma de interação da entidade com a população sumareense, a

Câmara Municipal de Sumaré, promulgou por meio da Lei 5546 de 15 de outubro de 2013, o *Dia da Memória* no calendário de eventos do município. O *Dia da Memória* representa o reconhecimento do trabalho realizado pela entidade e a valorização da importância da preservação das referências culturais da nossa cidade.

Dando continuidade a esta ação, a Pró-Memória organizou o II Fórum dia 14 de novembro de 2014, na sede do Lions Clube, com o tema “*Preservação e Desenvolvimento*”, contando também com a participação de profissionais da educação e cultura, alunos de ensino médio e graduação, autoridades locais e público em geral. As cinco palestras abordaram questões relacionadas aos desafios da preservação no contexto do desenvolvimento urbano na nossa região, com a presença de profissionais dos municípios de Sumaré, Campinas, Limeira e São Paulo.

Como produto dos encontros proporcionados pelo Fórum Pró-Memória, a entidade publicou a **Revista Pró-Memória**, com o objetivo de divulgar e ampliar o acesso da população sumareense aos temas debatidos e relacionados com a preservação da memória de Sumaré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar os elementos do passado não significa, como se diz no senso comum, “se apegar a coisas velhas”, mas sim reconhecer que somos frutos de um processo e uma trajetória. Assim também as gerações futuras serão oriun-

das dos nossos atos e decisões no presente. Neste sentido, a preservação – de documentos textuais, fotografias, filmes, lendas rurais e urbanas, conhecimentos tradicionais, festas e celebrações, objetos, edificações e conjuntos urbanos – pode fornecer elementos para a compreensão da nossa identidade. Assumindo seu papel constitucional e compartilhando com os poderes públicos a responsabilidade com a preservação cultural, a Associação Pró-Memória de Sumaré é atualmente referência no Estado de São Paulo por suas ações. Conta, assim, com o apoio de todos nós, sociedade civil, cidadãos sumareenses, para continuar neste caminho, construindo diariamente uma cidade mais consciente e protagonista nas políticas públicas de cultura.

Convidamos a todos os moradores de Sumaré e região a conhecer as instalações e o acervo da Pró-Memória e participar da construção da preservação das heranças culturais do nosso município. ●



Francisco de Toledo

Subsídios para a História do Patrimônio Imaterial de Sumaré

Por ocasião do centenário da Paróquia de Sant'Ana em Sumaré, em 2014, a Associação Pró-Memória se associou a essa comemoração histórica num esforço de estar presente em todas as expressões culturais relacionadas à memória da cidade. É inegável que as manifestações públicas de religiosidade, de qualquer religião que seja, revelam um aspecto importante da cultura e ajudam a entender a história da comunidade. As práticas religiosas fazem parte da cultura imaterial da cidade e tem forte significado na vida cotidiana do cidadão. Dentro e fora do templo, a prática religiosa constrói, explícita e perpetua laços fortes entre as pessoas, formando comunidades coesas, com poder de mudar a realidade. Mais ainda: as práticas religiosas, ou a ela ligadas, contribuem fortemente para o grupo manter tradições culturais importantes e fortalecer o sentido de pertencimento.

Deixando de lado os aspectos teológico, jurídico e institucional da Igreja, trata-



Procissão na festa do Bom Jesus no Matão - 1940



Vitral da Igreja Matriz de Sant' Ana

mos aqui do aspecto cultural. Inserida na cidade, tendo por vezes nascido com ela, a Igreja é peça quase essencial do cenário urbano e mesmo rural no Brasil. Desde

sua estrutura arquitetônica – em geral diferente dos edifícios que a circundam – a igreja desempenha papel relevante no cultivo de seus rituais, na preservação da tradição e na transmissão de hábitos, histórias e valores. Desde as mais suntuosas basílicas até as mais despidas capelas rurais, se nota o cultivo de valores culturais acumulados através do tempo. É a música sacra, desde a polifonia até a toada sertaneja inserida na liturgia; é a decoração, é a pintura, são os vitrais, são as danças e as festas tradicionais com comes e bebes; são as procissões de todo tipo; é a bênção dos cavaleiros, dos automóveis, as carreatas; é a coroação de Nossa Senhora, é o presépio, a festa do Divino, são os fogos de artifício, é o espetáculo da Paixão de Cristo; é o leilão de prendas, o bingo, a banda, a quermesse... É o trabalho voluntário dos fiéis, que faz criar laços de solidariedade na construção da igreja, do barracão e na preparação das festas.

IGREJA MATRIZ DE SANT'ANA

No intuito de trazer à memória alguma manifestação do patrimônio imaterial religioso de Sumaré, escolhemos três templos significativos na cidade: a Igreja de Sant'Ana na área central, a Igreja de Nossa Senhora da Candelária no Bairro do Cruzeiro e a Igreja do Senhor Bom Jesus no Matão. Cada um deles tem sua história e seu significado para a comunidade. Para além da estrutura física e das formas arquitetônicas, essas edificações carregam uma abundância de informações culturais,

A igreja desempenha papel relevante no cultivo de seus rituais, na preservação da tradição e na transmissão de hábitos, histórias e valores. Desde as mais suntuosas basílicas até as mais despidas capelas rurais, se nota o cultivo de valores culturais acumulados através do tempo.

de reminiscências, vivências e elementos imateriais que concorrem para a construção da identidade local.

Inaugurada em 1950, a atual Igreja de Sant'Ana tem uma longa história. Em 1889 foi construída a primeira capela, logo depois substituída por outra mais ampla e anos depois, pela atual. Releva desde logo observar que a construção da primeira capela obedeceu à preocupação dos reboucenses com o avanço do protestantismo na região. Diferente de hoje, quando a convivência entre católicos e protestantes é pacífica, na época a Igreja Católica apenas tolerava os evangélicos e tinha postura apolo-gética em relação a eles.

Digno de nota também é a participação dos poucos moradores do vilarejo de Rebouças que se coti-



Igreja do Matão

zaram para construir o templo, doando terreno, material, dinheiro e mão-de-obra. É o traço comum de solidariedade no Brasil, desde os tempos mais remotos, que educava o povo e estreitava os laços entre os diferentes segmentos sociais.

Ainda não foi dada a devida atenção ao papel desempenhado pelas festas religiosas na cultura de Sumaré. Sem falar do aspecto litúrgico, as festas de Sant'Ana, São Sebastião, São Pedro e Santo Antônio sempre ocuparam espaço notável no calendário até os anos cinquenta. Algumas dessas festas reuniam milhares de pessoas, vindas de toda a redondeza, e duravam dias. Numa festa de São Pedro, Luiz Duarte matou três bois quando todos comiam e bebiam de graça. Mais de 100 anos depois, seguindo a tradição, ainda acontecem algumas festas, quando

um exército de abnegados paroquianos prepara e realiza a festa de Santo Antônio e de Sant'Ana, em trabalho voluntário.

Outra manifestação cultural nas festas religiosas na Sumaré antiga era a quermesse no largo da Matriz e o leilão de prendas e garrotes. De cima do coreto, a banda animava a festança e o leiloeiro fazia seu pregão. Era comum também nas festas religiosas a procissão com os andores dos santos, com os anjinhos de azas de pato, com a matraca na Semana Santa, e o tapete de flores, serragens coloridas e tampinhas de garrafa no dia de Corpus Christi e outras.

A maior concentração de pessoas nas ruas de Rebouças era, e é até hoje, promovida pela Igreja, quando na sexta-feira santa milhares de fiéis acompanham a procissão do Senhor Morto, carregando velas acesas, cantando e rezando. O

cântico da Verônica e o beijamento do esquife no interior da igreja marcavam o final dessa tradicional manifestação que, mesmo não sendo litúrgica, é fruto espontâneo do sentimento religioso do povo.

Todos eles são momentos fortes de manifestação religiosa, expressão natural de cultura popular, que concorrem para a construção da identidade local.

Apesar do estilo despojado de sua arquitetura, é ainda digno de nota na Matriz atual a presença dos belíssimos vitrais de Ton Geuer, que conferem ao ambiente um clima de tranquilidade e paz. Os personagens e as cenas bíblicas aí representadas, com uma técnica milenar desde a Idade Média, favorecem e enriquecem o patrimônio artístico da cidade, fazendo uma ponte entre a arte clássica e a modernidade.

IGREJA NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA

Outro caso exemplar da importância da religião como expressão cultural do povo em Sumaré é a igreja de Nossa Senhora da Candelária, no Bairro do Cruzeiro de Santa Bárbara. O próprio nome da Fazenda Candelária, cujas primeiras referências são de 1869, denota influência religiosa. Trata-se de Nossa Senhora das Candeias ou da Candelária, um dos muitos títulos de Nossa Senhora celebrado na liturgia católica no dia 2 de fevereiro. A centenária cruz de madeira que até hoje marca o centro do bairro do Cruzeiro é também um símbolo religioso, marco orientador para os viajantes que iam para o interior do Estado desde os tempos mais remotos.

Poucas informações se tem da vida religiosa do Cruzeiro até 1940 mais ou menos. Antes, os católicos frequentavam a igreja de Monte-Mor ou de Rebouças. Mas a tradição religiosa não se perdeu no tempo. Com a participação de todos, as festas da padroeira foram acontecendo para angariar fundos para a construção de uma igreja onde se pudesse reunir o povo. As mulheres preparavam os andores para a procissão, chamava-se um padre de fora para rezar missa, os homens preparavam o leilão. Depois da missa se fazia a bênção dos animais, dos produtos agrícolas, das sementes, das carroças, dos carros de boi... Aos poucos o povo foi chegando. Em 1944 as famílias do bairro inauguraram a capela em homenagem à Nossa

Senhora da Candelária. Eram em geral descendentes de italianos, muitos morando aí há anos, outros morando na cidade e trabalhando na lavoura do Cruzeiro.

Ao longo dos anos seguintes, a população do bairro foi crescendo, e a capela continuou a ser ponto de encontro de todos, em especial nas festas religiosas que atraíam milhares de pessoas. Com características meio rurais e meio urbanas, o bairro mantém a tradição religiosa da festa da Padroeira.

Em 2014, a igreja completou 70 anos. Alguns moradores, com o apoio da Associação Pró-Memória, se reuniram e começaram a pesquisar a história do bairro, a entrevistar moradores antigos, coletar fotos antigas, e reescrever esse passado. Pensaram até em

Igreja do Matão



publicar um livro contando a história do bairro e das famílias.

Os moradores resolveram então organizar uma grande festa. Com apoio da Paróquia e dos sitiantes, alguns já residentes na cidade, foi organizada uma carreta com muitos caminhões, carros de boi, tratores, carroças, máquinas agrícolas e desfilaram na frente da igreja. De cima da carroceria de um caminhão, o padre aspergia os veículos, abençoava também os animais e as sementes que serão plantadas. Completou a festa um show sertanejo, com bingo e muitos comes e bebes, tendo até o apoio da Prefeitura.

O bairro ganhou nova vida. Uma comunidade que parecia meio adormecida, de repente se reanima, tira forças da tradição religiosa e se reorganiza. A força da tradição, garantida pelo pertencimento à comunidade religiosa da Candelária, não deixou que morresse esse vínculo, tênue, mas duradouro. Ele garantiu a continuidade de uma bela história que seus agentes estão construindo, que dela se orgulham e passam para seus filhos.

IGREJA DO SENHOR BOM JESUS DO MATÃO

Outro caso interessante e emblemático de cultura imaterial é o da igreja do Senhor Bom Jesus do Matão. Este bairro, bem distante do centro de Sumaré, tem sua origem no começo do século passado e sua história também está muito ligada à religião. Apesar de localizado fora do centro geográfico do bairro, a capela é um exemplo da força da religiosidade popular no

Brasil. Construída em 1917, sob a invocação de Nossa Senhora do Monte Bérico – uma devoção vinda da Itália – aos poucos o nome da capela passou a ser Igreja do Senhor Bom Jesus, devoção muito tradicional no Brasil.

Esse traço de brasilidade mostra, por si só, a força da tradição e da cultura arraigada no coração do povo. É sem dúvida a demonstração evidente da importância do patrimônio cultural imaterial, que pode servir de estímulo para recuperar outros aspectos na busca da identidade local.

Nos quase cem anos dessa capela rural – o mais antigo templo em pé do município – é oportuno lembrar outro fato quase desconhecido sobre essa igreja, hoje tombada pelo CONDEPHAEA. Entre 1920-1940, à sombra dessa capela, na festa do padroeiro, havia a famosa roda de samba, em que negros de toda a região – alguns eram netos de escravos – cantavam e dançavam ao som do bumbo, madrugada a dentro. Sabe-se que algumas terras próximas à igreja foram doadas pelo antigo patrão aos ex-escravos. A avalanche migratória a partir dos anos 50 diluiu essas e outras tradições que, no entanto, foram significativas enquanto duraram, e demonstra a convivência da cultura afro com os imigrantes do bairro.

Ainda nessa linha de patrimônio cultural, merecem lembrados os belos murais do interior dessa capela, uma raridade pouco conhecida e valorizada. Embora tombada pelo CONDEPHAEA desde 2.000, o templo e os painéis não foram recuperados e estão se deteriorando com a ação do tempo.

São obras valiosas, não talvez por seu valor artístico, mas porque expressam a piedade cristã e tem significado para a comunidade dos fiéis que a frequentam.

CONCLUSÃO

Todas as manifestações religiosas, ou a ela ligadas, nos três templos que citamos, constituem um patrimônio cultural imaterial. “A imaterialidade dos sentimentos religiosos associa-os, de forma muito direta, ao patrimônio cultural imaterial ou intangível” (PELEGRINI, 2008, p. 84). Isso nos leva a concluir que o estudo da História de Sumaré precisa abrir-se à busca não só da sua evolução econômica, política e demográfica, mas debruçar-se sobre sua evolução cultural, marcada por influências de todos os matizes... ●

REFERÊNCIAS

Pelegrini, Sandra C.A. e Funari, Pedro Paulo, *O que é Patrimônio Cultural Imaterial*, Brasiliense, São Paulo, 2008, p. 84



Passado e Presente

Colocar o passado ao lado do presente é uma provocação à inteligência. Afinal, o que tem a ver o passado com o presente?

O passado já foi ou ainda permanece? Além da escrita, onde se pode ler a história de uma cidade? Por que alguns destroem o passado e outros o valorizam? É possível ver beleza tanto no antigo quanto no novo? O que você acha da frase: O passado está no presente?

A tantas perguntas cabe ao leitor a tarefa de respondê-las e formular outras.



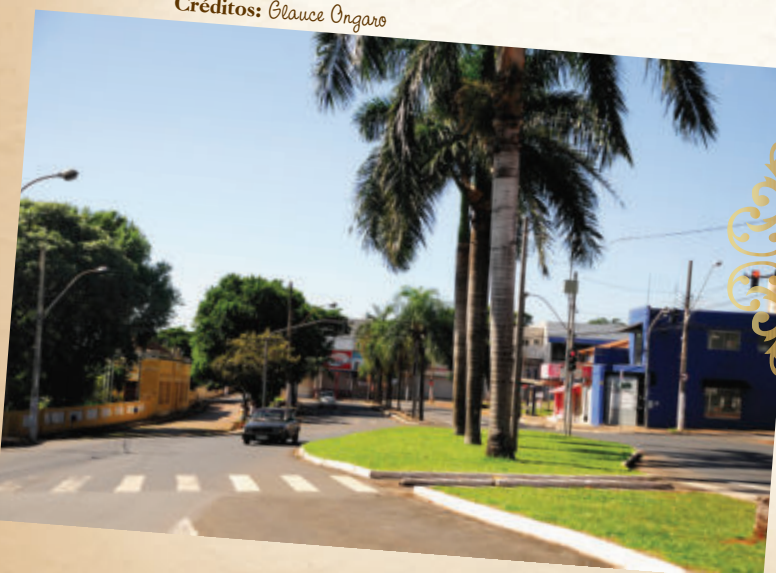
Créditos: Glauce Ongaro



Armazém de Afílio Foffano



Créditos: Glauce Ongaro



Estação Ferroviária - 1930

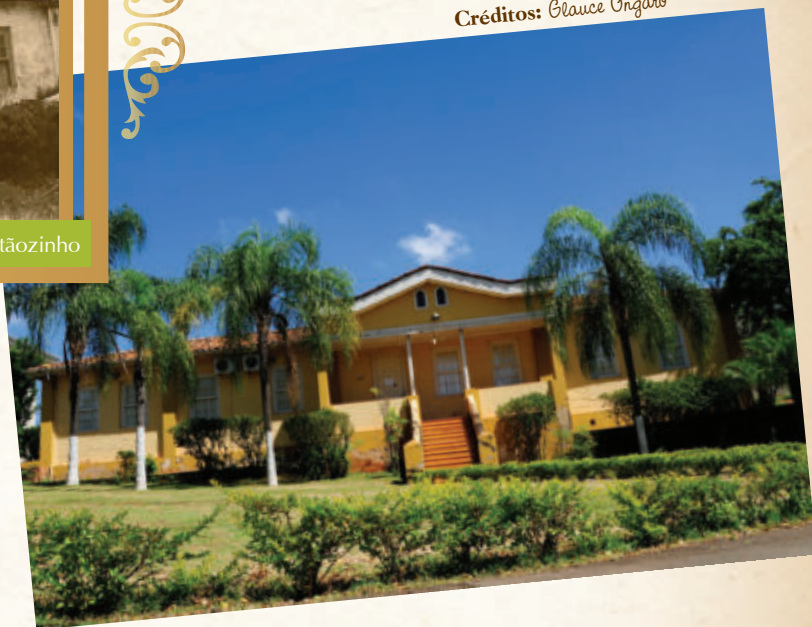


Arquivo Pró-Memória

Casarão da Fazenda Sertãozinho



Créditos: Glauce Ongaro



Predio Praça da Republica 1919



Créditos: Glauce Ongaro





Ecos do Bar Paulista

Como em muitas outras cidades do Brasil, Sumaré enfrenta dificuldades em cuidar do seu patrimônio histórico, tanto material como imaterial. Não é de estranhar, pois é recente no mundo essa preocupação com o patrimônio, que no Brasil só começa a ganhar certa importância a partir dos meados do século passado. Mas, mesmo tardiamente, chegou a Sumaré com a criação do CONDEPHAEA (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental) em 1987 e da Associação Pró-Memória, fundada em 2004.

De maneira muito lenta e experimentando certa resistência da comunidade e da administração pública, o trabalho prossegue por causa da determinação e da teimosia de alguns voluntários. São pessoas que acreditam no que fa-

zem, movidos pela utopia que os empurra para frente.

Pode-se afirmar que o cuidado com o patrimônio histórico de Sumaré produziu pelo menos dois expressivos resultados. Não que a cidade possa ser exemplo para outros municípios, mas já colheu bons frutos. Quatro bens estão hoje tombados pelo CONDEPHAEA: a Igreja do Senhor Bom Jesus do Matão, o prédio da antiga Subprefeitura de Sumaré, o Complexo Ferroviário e o Seminário São Francisco. Outro resultado: a fundação da Associação Pró-Memória de Sumaré, que desempenha importante papel na pesquisa, produção de documentos e divulgação da história local.

O texto presente é o relatório de uma história com desfecho negativo, mas cheia de significados e lições para todos os que trabalham na preservação da memória.

Bar Paulista é o nome do sobrado construído em 1904 por um imigrante italiano, dos muitos que vieram para Sumaré no fim do século 19 e começo do século 20. O prédio ficava no centro urbano do então vilarejo de Rebouças, na rua principal. “Uma casa de sobrado com três portas e uma janela na frente no andar térreo e quatro janelas no andar superior com respectivo terreno e quintal”, como se lê na escritura de 1908, é a descri-

ção sóbria desse edifício histórico. O documento não o diz, mas enfeitando a platibanda chamavam a atenção quatro grandes e belos vasos de cerâmica que de longe eram vistos e admirados. No sobrado morou vários anos o seu proprietário Atilio Foffano, que depois o vendeu. Porém, o povo continuou chamando o prédio de “Sobradão do Atilio”.

O tempo foi passando e o prédio foi perdendo o nome original em função do bar no andar térreo que, depois de sucessivos proprietários, acabou conhecido como Bar Paulista, durante mais de 50 anos.

Comprado pelo Club Recreativo Sumaré por volta de 1970, o Bar Paulista foi por ele mantido por mais de 30 anos. Desde os anos 80, o CONDEPHAEA se preocupava com o futuro do histórico prédio, mas, atrelado à Prefeitura por força dos seus Estatutos, tinha pouco espaço e poder de decisão. Todavia, em 2002 abriu processo de tombamento do imóvel para reconhecê-lo como patrimônio cultural da cidade.

O processo não deslanchou, principalmente porque o Recreativo fazia de tudo para vender o prédio, temendo prejuízo caso ele fosse tombado. Por sua vez, o CONDEPHAEA, pressionado pela Prefeitura e pelos interesses comerciais imobiliários, não conseguiu impe-

Quatro bens estão hoje tombados pelo CONDEPHAEA: a Igreja do Senhor Bom Jesus do Matão, o prédio da antiga Subprefeitura de Sumaré, o Complexo Ferroviário e o Seminário São Francisco.



Bar Paulista - Década de 1970

dir a venda. Com a ajuda da Secretaria Municipal de Cultura e as bênçãos do Prefeito, a composição da Diretoria do CONDEPHAEA foi mudada, e foi então aprovado o arquivamento do processo de tombamento. Estava aberto o caminho para a venda do prédio. Comprado por uma Imobiliária local, o Bar Paulista foi demolido em 7 de novembro de 2010, num domingo de manhã.

A Associação Pró-Memória acompanhou de perto o desenrolar desses fatos, escrevendo, esclarecendo, alertando a população sobre os perigos de a cidade perder um pedaço

A Associação Pró-Memória acompanhou de perto o desenrolar desses fatos, escrevendo, esclarecendo, alertando a população sobre os perigos de a cidade perder um pedaço de sua memória e sobre a lisura e a legitimidade dos procedimentos legais relacionados aos fatos.

de sua memória e sobre a lisura e a legitimidade dos procedimentos legais relacionados aos fatos. Na tentativa de salvar o prédio, chegou a oficiar à Promotoria de Justiça da Comarca, pedindo providências. Não houve nenhuma resposta. Prédio derrubado, a população ficou atônita e sem explicações. A cidade ganhou um grande vazio

físico e cultural que jamais será preenchido. Um pedaço da História foi destruído e irremediavelmente perdido.

A Associação Pró-Memória, a quem cabe a missão de preservar a história da cidade, continua acreditando no seu trabalho e aproveita o momento para analisar o fato, tirar conclusões e lições.

1. Nos dez anos em que o caso do Bar Paulista ficou na pauta das discussões, na mídia e na expectativa de solução do impasse, a Prefeitura nada fez para impedir o desfecho desastrado da demolição. Se fez algum esforço, foi muito tímido e totalmente ineficaz. Faltou-lhe consciência e coragem para assumir compromissos com a Cultura.

2. Mal informada, a população foi incapaz de se envolver e intervir no processo. As manifestações organizadas foram poucas e tímidas, porque faltou liderança para mobilizar as pessoas. A geração mais nova não se sensibilizou, e a mais velha, de quem se esperava um comprometimento maior com a cidade, se acomodou. Nem os descendentes das velhas famílias imigrantes foram capazes de se solidarizarem em defesa de uma história que lhes dizia bem de perto.

3. Ficou claro que o CONDEPHAEA, órgão legalmente credenciado para cuidar da defesa do patrimônio da cidade, deixou de cumprir sua função específica. Do modo como ele hoje está constituído, não é representativo das necessidades de Sumaré. Ele não tem a necessária autonomia de ação, pois sofre interferência do Poder Municipal desde a nomeação de sua diretoria até às deliberações finais.

4. A participação da Associação Pró-Memória em todo esse episódio foi marcante e teve retorno. Nas conversas informais e através das redes sociais, a Associação recebeu centenas de manifestações tanto de moradores da cidade como de fora dela. Todos se

sentiam inconformados e até revoltados com a demolição do Bar Paulista, criticavam a Prefeitura e solidarizavam-se com a Pró-Memória.

5. Causou estranheza a atitude dos comerciantes locais que, numa visão simplista, chegaram a culpar a Pró-Memória de ser contra o progresso da cidade. Para eles, um imóvel tombado atravança o desenvolvimento urbano. Na contramão da História, foram incapazes de perceber que o antigo pode conviver com o novo e que todos podem sair ganhando com essa parceria, como acontece no primeiro mundo. A Associação Pró-Memória resiste a esse imediatismo utilitarista e míope, e continua acreditando que progresso e desenvolvimento andam juntos com cultura, memória, arte e bom gosto.

6. Meio disfarçada, mas muito presente, a pressão econômica do setor imobiliário foi o fiel da balança no resultado final de todo esse episódio. O velho prédio, na verdade, nada significava para o setor, mas a terra nua escondia uma mina de ouro. Ampliado com a compra de outros imóveis no entorno, o terreno poderia servir para um mega investimento na área mais nobre da cidade, bem no coração de Sumaré. Antes de adquirir o Bar

Paulista, o adquirente prometeu preservar parte do prédio que caracterizasse de alguma forma a arquitetura original. Promessa não cumprida. O prédio foi demolido e seus escombros foram do tamanho da mentira perpetrada. Três anos depois, onde havia um monumento, é hoje apenas terra arrasada.

Concluindo: os fatos estão aí e falam por si mesmos. O leitor inteligente será capaz de tirar as conclusões. Cabe à Pró-Memória registrar para que as gerações futuras façam seu julgamento. ●

Mal informada, a população foi incapaz de se envolver e intervir no processo. As manifestações organizadas foram poucas e tímidas, porque faltou liderança para mobilizar as pessoas.



Mariana Kimie da Silva Nito

Patrimônio não é Coisa do Passado

Parada no trânsito vejo a cidade pela janela do ônibus. Sob a chuva, brotam construções formando ondas: nas mais altas despontam prédios e depois afundam em casas e pequenos estabelecimentos. Entre elas há pessoas navegando, quebrando ondas pela cidade. Esse é o meu mar. Nesta maresia frenética, a visão foca num singelo conjunto de casas, mas o que realmente chama atenção é o momentâneo gesto de um senhor marujo navegante. Em uma breve reverência feita vejo o relâmpago de uma memória. Seria ali algum lugar sagrado? O navegante parece sorrir e, então desaparece na enxurrada. Aquele lugar. Olhando, assim, não demonstra características que confirmem ser um espaço de culto. Diferente das outras construções vizinhas possui uma série de ornamentos e tem um grande jardim na frente e na lateral. Num tranco, a agitação do trânsito volta. Continuo a navegar e não demoro a ver outra construção parecida. Os mesmos padrões de ornamentos e jardins. Seria algum padrão construtivo ou exigência legislativa de uma mesma época? Neste outro lugar, o mar afunda profundamente entre dois arranha-céus e paro. Novamente. Mas vejo que esta outra casa deve ter perdido seus irmãos. Na solidão, ninguém parece olhá-la nem reverenciá-la. Olho para trás e vejo que a distância não é grande do conjunto passado. Seriam um só? O fluxo do meu navegar é retomado. No balanço do mar e com a chuva a me ninar perco a noção do tempo. Abro os olhos e avisto ao fundo as árvores que cresceram comigo, aqueles novos prédios e as construções de sempre. Percebo que não estou longe de casa. (NITO, relato pessoal, 23 fev 2015).

Nesta breve passagem cotidiana, podemos identificar, em diversos momentos, o que podemos chamar de patrimônio cultural na cidade: elementos que revelam a memória individual e coletiva, e a nossa identidade. É dizer, são os lugares em que vivemos que nos permitem contar e relacionar quem fomos e somos como sociedade *na* cidade, revelando também as histórias de vidas *da* cidade. Ou seja, patrimônio cultural pode ter diferentes significados e ser representado de diversas maneiras de acordo com a vivência pessoal de cada ser humano. Este é o nosso patrimônio que, assim, pode ser definido:

Patrimônio é tudo aquilo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (FONSECA, 2005, p. 21).

Então, voltamos a afirmar a primeira parte do título deste artigo: *patrimônio não é coisa do passado!* É por meio dele que estabelecemos relações metafóricas, espaço-temporais, como exemplo a identificação de determinada organização social ou econômica existente em certa cidade. Ou seja, patrimônio é o que presenciamos e o que deixamos para o futuro, é, também, todo e qualquer valor atribuído pela sociedade civil que pode

condizer, ou não com o que é acau-
telado pelo Estado. Portanto, não
só o que é tombado, ou protegido
por este, é patrimônio.

A população, como entidades de
atribuição de valor, reconhece o
patrimônio ao considerar as quali-
dades dos objetos informadas pelo
contexto social, cultural e econô-
mico nos quais se relaciona com os
indivíduos. Ou como Frondizi de-
finiu, é uma relação recíproca que
depende do contexto onde as inte-
rações acontecem, na compreensão
de que os “valores são qualidades
sui generis de um objeto”¹ (1971,
p. 23).

Em relação com as cidades que
vivenciamos, podemos definir
como patrimônio cultural áreas a
ela pertencentes onde as pessoas
se reconhecem no espaço-tempo.
Assim como ocorreu no relato
pessoal exposto no início deste
texto. Segundo Santos:

Os espaços urbanos são
livros abertos, que a cada
instante dizem aos que es-
tão neles não só onde estão,
mas quem são e quem são
os outros. [...] A diversida-
de complementar de ativi-
dades é matéria-prima da
ideia cidade. Faz com que
se modelem determinadas
expressões físicas enquanto
se estampa, se expõe e se
transforma através delas.
(1986, p. 60).

As cidades constantemente se
transformam por meio do conjun-
to de ações - antrópicas ou não -
que configuram um emaranhado
vivo. Dentro desta dinamicidade

1 Tradução minha;

da vida cidadina, uma construção
não é, de fato, imóvel; é uma es-
trutura fixa sim, mas da mesma
forma está sujeita a outras relações
como: o clima, o ir e vir humano,
as ações físico-materiais como o
tempo etc². A mesma noção recai,
então, ao conjunto de construções
que formam a cidade que, ao lon-
go do espaço, estabelecem relações
de vida entre si. Entre elas, está a
relação patrimonial, que mesmo
com as diversas transformações da
cidade, em sua matéria, há, em di-
versas situações, o manutenção
das relações de uso dos espaços, da
forma de sociabilidade com a cida-
de que é determinada pela confi-
guração urbana. Permanece além
de seu valor simbólico, o valor de
vivência dos espaços.

Neste sentido, é muito interessante
a *Teoria Contemporânea Da Con-
servação* proposta por Salvador
Muñoz Viñas (2005) que se baseia
num interesse sobre as pessoas,
para as quais o bem cultural tem
significado e função, e não exclu-
sivamente no que diz respeito ao
objeto e sua materialidade em si.
Esta nova abordagem tem contri-
buições contemporâneas que con-
sideram o campo interdisciplinar
do patrimônio cultural³, propondo
a sensibilização e a contemplação
das diversas formas de se entender
um bem edificado.

Assim, percebe-se o questiona-
mento “o que, para que e para

2 Cf. INGOLD, Tim. Trazendo
as coisas de volta à vida. *Horizontes An-
ropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p.
25-44, jan./jun. 2012. p.30;

3 São perceptíveis as
contribuições das áreas como a museologia,
a etnografia, a antropologia, a arquitetura e
o planejamento urbano;

quem se preserva?” a partir de uma
ética democrática de reconheci-
mento dos saberes, baseando-se
em uma relação dialética, interdis-
ciplinar e sustentável, a partir da
interlocução entre profissionais,
pesquisadores e a sociedade civil
em todo o processo de ações vol-
tadas a preservação do patrimônio
cultural⁴. ●

REFERÊNCIAS

FONSECA, Cecília Londres. *O
patrimônio em processo: trajetória
da política federal de preservação
no Brasil*. 2. ed. . Rio de Janeiro:
UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

FRONDIZI, Risieri. *What is
value? An introduction to axiology*.
Lasalle: Open Court, 1971.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos.
Preservar não é tomar, renovar
não é pôr tudo abaixo. *Revista
Projeto*. N°1. 86, 1986. p. 59-63.
Disponível em: <[https://docs.
google.com/file/d/0BwTS4THx-
9n2hQmpabF9EbTdWT0U/
edit?pli=1](https://docs.google.com/file/d/0BwTS4THx-9n2hQmpabF9EbTdWT0U/edit?pli=1)>. Último acesso em: jan
2015.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Con-
temporary theory of conservation*.
Oxford e Burlington: Elsevier
Butterworth-Heinemann, 2005.

4 A presente edição é um subs-
tancial e atual aperfeiçoamento, com in-
formações inexistentes, de um introdutório
de um artigo ainda em edição. BALTHA-
ZAR, R.; NITO, M.; OLIVEIRA, F. *Re-
flexões Sobre As Normas De Preservação
Do Patrimônio Cultural*. [No prelo], 2015.



Nelson de Lucca

Os Muares, Água Choca e Rebouças



Água Choca

Lá pelos anos que em nosso solo ainda não se assentavam os ferros dos trilhos das locomotivas, nem os machados haviam aberto clareiras para abrigar as estradas de rodagem, quando os carros de bois gemiam entoando suas tristes canções, transportando cargas por terrenos não tão desfavoráveis, apenas no entorno dos engenhos açucareiros e as trilhas no emara-

nhamento da mata, contornando árvores, delineavam os caminhos das torturas daquelas pobres bestas humanas, levando nas costas, nas cabeças ou nos ombros, os fardos ou os viajantes escarranchados em seus lombos ou aqueles de mais posses, deliciosamente aninhados em suas redes e acalentados pelo balanço dos carregadores, estes que venciam ladeiras tendo as

unhas como espeque; quando os homens mingravam num vasto território coberto pela exuberante, virente e multicolor mata nativa, foram as tropas e os tropeiros que venceram heroicamente a escabrosa topografia. Homens e animais, muitas vezes entanguidos pelas intempéries, outras, empipocados pelos ataques dos insetos e empedernidos pelas agruras da



Barão de Monte Mor

lida, para garantir a circulação de mercadorias pela imensidade desse nosso rincão. Por onde passavam com seus cogotes carregados, aqueles muarees escreviam, com suas patas, a história de muitas cidades que hoje se espalham pela nossa hinterlândia. Nossa Senhora do Patrocínio da Água Choca faz parte dessa odisséia.

A região que abrigava a Água Choca, hoje Monte Mor, fazia parte da Mata Atlântica que percorria todo o litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte. Era a segunda maior floresta tropical úmida do Brasil. Calcula-se que essa floresta abrigava aproximadamente 10 mil espécies de plantas, compondo um cenário exuberante, mul-

tifloro, multicolor e de inúmeras espécies de madeiras nobres, como Cabreúva, Araruba, Jacarandá, Cedro, Canela-Preta, Jequitibá, Guarantã, Peroba, Pau-Brasil, além de árvores frutíferas como as de jaboticabas, ingás, guabirobas e tantas outras. Orquídeas, bromélias, samambaias, palmeiras, ipês e grande quantidade de cipós entrelaçando as árvores, também compunham o cenário. Infinitas espécies de animais, pássaros canoros e multicores, animais carnívoros, vegetarianos, peçonhentos, insetos incontáveis em forma e cores e ainda rios e riachos repletos das mais variadas espécies de peixes. Com a chegada dos portugueses no último ano do sé-

culo XV, inicia-se a devastação da mata, começando pelo Pau-Brasil, madeira muito conhecida na Europa e utilizada na fabricação de móveis e, principalmente, de corantes para tecidos.

NASCE A ÁGUA CHOCA.

Ao final do século XVIII, consta que o Coronel Modesto Antônio Coelho Neto e o Alferes Luís Teixeira de Toledo receberam sesmarias que compreendiam as terras desta região.

O pouso das tropas que aqui se instalou devido à presença do rio Capivari e de vários ribeirões, colaborou para que surgissem os primeiros casebres que dariam início ao povoado.

Por volta de 1820, os senhores José Ferreira Alves, Capitão João Aguirra Camargo e Manoel Bicu-do de Aguirra doaram terras para a construção de uma capela que recebeu o nome de Nossa Senhora do Patrocínio do Capivari de Cima.

Em 1832 em decreto da então Regência Trina do Império, o lugarejo foi elevado a Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio da Água Choca.

Em 1871 foi criada a Vila de Monte Mor.

Até 1878 pertenceu ao termo de Itu, passando agora a pertencer ao termo de Capivari.

PORQUE ÁGUA-CHOCA?

A origem do nome é irrelevante em termos histórico-científicos. Entretanto podemos dizer com muita propriedade que a freguesia recebeu o nome do correio Água Choca. Cabe então buscar o por-

que da denominação atribuída ao riacho. As suposições aventadas são de moradores mais antigos, mas é bom salientar que até agora não se encontrou fonte segura para se considerar esta ou aquela suposição.

É de bom alvitre considerar que esse nome Água Choca não é monopólio de nosso curso d'água, pois constatamos inúmeros outros córregos, em diversas cidades, assim denominados. O fato de uma cidade levar o nome de um rio também não é novidade, ao contrário, é muito comum, considerada a importância dos cursos d'água na vida de qualquer comunidade. Como exemplos temos a nossa vizinha cidade de Capivari, Piracicaba, Tietê, Jundiá e tantas outras. O primeiro nome da povoação, para diferenciar da vizinha, foi Capivari de Cima. Uma vez elevada à condição de fregue-

sia, era necessário usar-se outro nome, e como era comum ligar a cidade ao rio e não podendo usar Capivari, optou-se pelo nome do córrego.

As hipóteses consideradas para o nome do riacho são:

1. A existência de águas paradas às margens do córrego que, por isso levou o nome. Neste caso a palavra choca é considerada como estragada, numa referência ao ovo choco.
2. Águas empossadas no leito do córrego e que eram refugadas pelos animais das tropas que por aqui passavam. O apelido teria sido adotado pelos próprios tropeiros e também designaria a má qualidade da água.
3. O encontro das águas do córrego com as águas do rio Capivari. A palavra choca, então, seria a terceira pessoa do presente do indicativo do verbo chocar.

ÁGUA CHOCA SAI DA TOCA.

Água Choca seria apenas um nome e nada mais, não fosse um fato, esse sim inusitado, que acabou levando o próprio para todo o Brasil e até fora dele.

Tudo começou numa rua muito tranquila e simples onde a maioria das casas eram singelas, cujos moradores eram extremamente pobres, denominada Rua da Caixa D'Água, uma ladeira íngreme e justamente onde se localizava o reservatório de água que abastecia a cidade. Nessa rua morava e trabalhava um artesão, o ferreiro Antônio Gomes Rodrigues, vulgo Gomes Velho. Por volta de 1900 começou a fabricar um tipo de freio para muares, inteiramente de aço, temperado em sua própria forja, denominado "Freios Água Choca", alcançando excelente qualida-



Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio

Enquanto a ferrovia se torna elemento importante no desenvolvimento de Sumaré, a partir da estação de Rebouças, Monte Mor, a partir da Água Choca teve sua origem e desenvolvimento até boa parte da primeira metade do século XX, sob os cascos das mulas e dos burros.

de. Após sua morte esses mesmos freios passaram a ser fabricados, sucessivamente, por Benjamim Gomes, José Mota Veado e finalmente por Antônio Batista, mais conhecido como Nico Batista. Por sua excelência e ótima adaptação aos animais, a fama do artefato se espalhou pelas cidades vizinhas e para regiões bem mais distantes. E não parou por aí. Um americano acabou levando o produto para os Estados Unidos, onde nasceu uma fábrica e o produto denominado “Freio Aguachocano”. Segundo consta, posteriormente, um outro americano de nome Maxie Quillen, teria levado o artefato para a França, sendo adotado pela cavalaria daquele país. Com isso o freio ganhou fama internacional e até hoje o nome se mantém e imitações podem ser encontradas em qualquer loja especializada no ramo.

MONTE MOR - REBOUÇAS.

No Brasil as ferrovias chegaram na segunda metade do século XIX e sua expansão se deu especialmente por conta do desenvolvimento da cultura cafeeira, principal atividade econômica daquela época. Foram, pois, as ferrovias, também, como o foram as tropas e os tropeiros, plantadoras de cidades. A freguesia da Água Choca, depois Monte Mor, entretanto esteve fora desse processo. Os trilhos avançavam pelo interior paulista. Roçaram suas divisas, mas não chegaram a assentar os dormentes em área urbana.

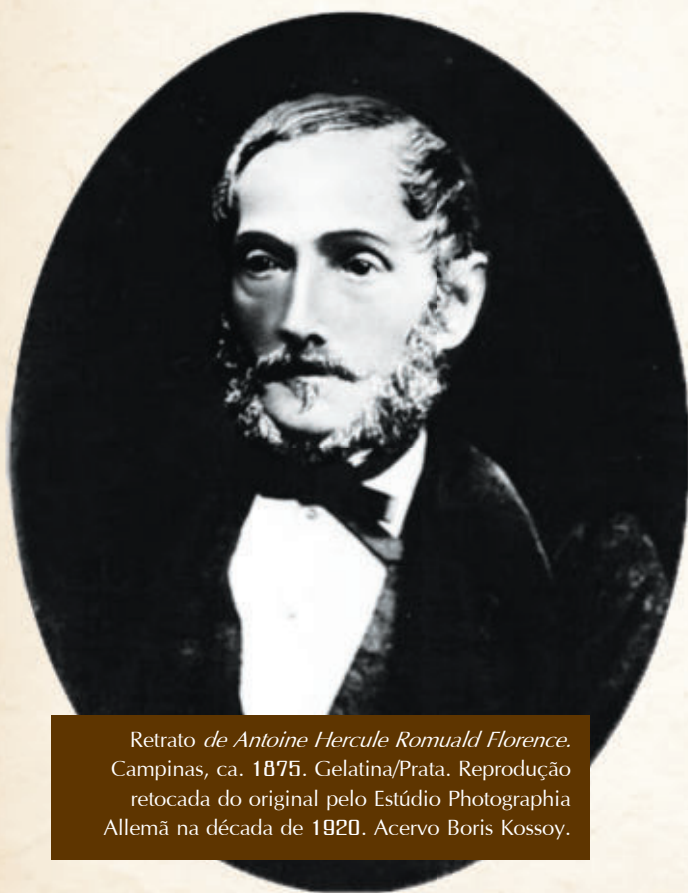
A base da economia era a agricultura e a maior parte da produção destinava-se a outros centros maiores, como Campinas ou Jundiaí. Em 1873, em ofício, a Câmara Municipal dirige-se ao presidente da Província pedindo reparos na estrada velha que parte de Piracicaba- na época ainda denominada Constituição- passando por Monte Mor, Indaiatuba e Jundiaí. Na verdade era uma picada por onde as tropas passavam carregando as mercadorias, especialmente o açúcar. O transporte manteve-se sem novidades e o ramal da linha férrea Sorocabana, uma das chamadas “estradas do café”, que deveria atender Monte Mor e que se chamou, pois, Estação Monte Mor até 1890, transformou-se na cidade de Elias Fausto a partir daquela data, uma vez que distava cerca de 18 quilômetros do centro da vila que deveria atender. Com isso as tropas, os troles, as carroças e os carros de bois continuaram sendo os meios disponíveis ao transporte da produção.

Em 1876 a Câmara Municipal dirige uma solicitação ao Presidente da Província para a construção de uma estrada à Estação de Rebouças com o objetivo de facilitar o escoamento da produção agrícola pela estrada de ferro que fazia a ligação a Campinas, principal centro de nossa região. A estrada direta a Campinas já existia, mas seu estado precário não viabilizava seu uso, justificando novo pedido de construção da nova estrada até Rebouças, isso em 1879. A partir da efetivação desse pedido a intimidade entre a então Vila de Monte Mor e a Estação de Rebouças se tornou deveras importante. Quase tudo saía ou chegava a Monte Mor via Rebouças. Linhas de troles foram inauguradas levando passageiros que se dirigiam a Campinas. Carroças, carros de bois e mesmo os cargueiros transportavam as mercadorias, especialmente o café e mesmo o açúcar até os trens que faziam a ligação com Campinas e daí para outros centros, como Jundiaí e mesmo São Paulo. Por muitos anos a estrada Monte Mor- Rebouças manteve-se como a mais importante via de entrada e saída do município. Enquanto a ferrovia se torna elemento importante no desenvolvimento de Sumaré, a partir da estação de Rebouças, Monte Mor, a partir da Água Choca teve sua origem e desenvolvimento até boa parte da primeira metade do século XX, sob os cascos das mulas e dos burros. ●



Paulo Masuti Levy

O Nascimento de uma Imagem: Hercules Florence (1804-1879) e a Primeira Iconografia de Limeira



Retrato de Antoine Hercule Romuald Florence. Campinas, ca. 1875. Gelatina/Prata. Reprodução retocada do original pelo Estúdio Photographia Allemã na década de 1920. Acervo Boris Kossoy.

Engana-se quem pensa que a primeira imagem feita do nascente povoado de Nossa Senhora das Dores de Tatuíby, às margens do Ribeirão Tatu, foi uma fotografia. Pelo contrário. Segundo pesquisas, o único retrato dos anos iniciais do povoado oitocentista de que se tem notícia foi um pequeno desenho, feito a lápis, datado de 1839 e de autoria de Hercules Florence, francês radicado no Brasil e considerado o pai da iconografia paulista.

Hercules Florence foi desenhista, tipógrafo, pintor, litógrafo, professor, inventor e fotógrafo. Veio para o Brasil em 1824, chegando ao Rio de Janeiro aos 20 anos. Dali partiu, no ano seguinte, como integrante da expedição de Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), diplomata e cônsul-geral da Rússia no Brasil, mais conhecido como Barão de Langsdorff. Entre os anos de 1822 e 1828, Langsdorff levou a cabo uma grande viagem científica pelo território brasileiro, registrando elementos da fauna, flora, paisagem, etnografia e linguagem dos grupos nativos, passando por regiões como as que compreendem hoje os estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará. Nesta expedição, Florence, com seu olhar atento e

Hercule Florence. *Vista do sítio chamado Ibicaba. 1830.* Aquarela e nanquim sobre papel. Coleção Cyrillo Hércules Florence.



minucioso, ocupou o cargo de desenhista, ao lado de figuras como o francês Adrien Taunay (1803-1828).

Ao fim da expedição, voltou para o Rio de Janeiro, radicando-se, em 1830, na então Vila de São Carlos, atual cidade paulista de Campinas. Ali, casou-se com Maria Angélica de Vasconcellos e se tornou fazendeiro, atuando também no ramo comercial. Contudo, continuou a registrar as paisagens da região por onde passava, sendo tais obras registros únicos do desenvolvimento da Província de São Paulo no século XIX.

Entre os anos de 1832 e 1836, realizou diversas experiências

com processos fotoquímicos de reprodução de imagens, sendo o resultado denominado *photographie* (fotografia), em 1833. Vale ressaltar que, no início do século XIX, as técnicas para a fixação de imagens por meio da luz eram ainda incipientes, existindo algumas experiências isoladas na França, com Joseph Nicéphore Niépce (1765 - 1833) e Louis Jacques Mandé Daguerre (1781 - 1851), e, na Inglaterra, com William Henry Fox Talbot (1800 - 1877). O processo de maior vulto foi, sem dúvida, a daguerreotipia, criação de Daguerre em 1837, e tornado público em 1839, data a que se credits o nascimento oficial da

fotografia, anos depois do experimento de Florence. Ao saber da invenção da daguerreotipia, Hercules Florence escreveu: “A fotografia é a maravilha do século. Eu também já havia estabelecido os fundamentos, previsto esta arte em sua plenitude. Realizei-a antes do processo de Daguerre, mas trabalhei no exílio. Imprimi por meio do sol sete anos antes de se falar em fotografia. Já tinha lido esse nome, entretanto, a Daguerre todas as honras” (in MONTEIRO, Salvador e KAZ, Leonel (ed.). *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*. Rio de Janeiro: Alumbramento/Livroarte, 1998. p. 360).

Além destas atividades, Hercules Florence adquiriu, em 1836, uma tipografia completa, a única então existente na Vila de São Carlos. Nela, com a licença da edilidade campineira, o francês deu origem ao primeiro jornal da Vila, a “Aurora Campineira”, em 1858, embasado em diversas experiências, como a invenção do papel inimitável, tipo de papel que evitava a falsificação, e da poligrafia, sistema de impressão simultânea e colorida, sem a utilização da prensa. Com a morte da esposa após o parto do 13º filho, casou-se novamente, em 1854, com a imigrante alemã Carolina Krug, responsável por fundar, em 1863, o Colégio Florence, importante internato para meninas, no qual seu marido lecionou desenho.

Durante sua vida em Campinas, Hercules Florence dividiu seu tempo entre o comércio, suas experiências e viagens que realizava para vilas e cidades próximas. Uma importante foi a que fez, em 1830, entre Campinas, Limeira e Piracicaba, sendo especial a passagem pelo engenho do Ibicaba, do qual fez inúmeros desenhos. É provável que tenha sido pelo sucesso deste

contato que Florence retornou diversas vezes à região de Limeira, sendo documentadas as viagens de 1839 e 1850. Na segunda vinda, o artista francês fez aquele que é considerado o primeiro registro do povoado que, em 1839, já tinha sido alçado à categoria de freguesia.

Conforme os primeiros registros, Limeira, inicialmente uma região de pouso de tropeiros no século XVIII, teria sua origem em torno de uma pequena capela, dedicada a Nossa Senhora das Dores, construída por volta de 1826. Localizava-se em uma porção de terras doadas da sesmaria do Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos (1788-1835), ato oficializado somente em 1832, por escritura pública lavrada no Engenho do Ibicaba, de propriedade de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859). Neste período, havia no povoado apenas algumas casas e um primitivo orago com pátio fronteiro, onde se enterravam os habitantes.

Na imagem, um desenho a lápis, Florence retratou a primitiva capela de Nossa Senhora das Dores e o projeto urbanístico inicial de-

finido pela Sociedade do Bem Comum, cujo mordomo era o Senador Vergueiro. A capela com torre única lateral, muito simples, domina a paisagem e divide o aglomerado de pequenas casas com quadras definidas em torno de 1600 braças (7744m²), quarteirões de 40 braças (88m) e ruas de 60 palmos (13,2m) de largura (BUSCH, 2007, p 107). Em relação à localização da atual catedral diocesana limeirense, terceira construção, é provável que a modesta capela facesse a Rua Barão de Campinas (antiga Travessa da Matriz) sendo o adro frontal que aparece no desenho de Florence a área da atual Praça Dr. Luciano Esteves. Nas laterais da capela, já se observam as aberturas das antigas ruas da Limeira (à direita, atual Alferes Franco) e Santa Cruz, bem como, na porção esquerda da imagem, a Rua das Flores, hoje Rua Senador Vergueiro.

O legado deixado por Florence é vasto e sua produção de grande importância para o Brasil dos oitocentos, versando sobre campos das ciências, artes, cultura, tecnologia, comércio e educação. Faleceu em Campinas em 1879. ●

Hercule Florence. *Povoado de Nossa Senhora das Dores do Tatuíbi. 1839.* Grafite sobre papel. Coleção Cyrillo Hércules Florence.





O Sentido e os Caminhos da Preservação do Patrimônio Cultural em Campinas: Considerações e Recomendações

“Quais são os valores permanentes de uma nação? Quais são verdadeiramente esses pontos de referência nos quais podemos nos apoiar, podemos nos sustentar porque não há dúvida de sua validade, porque não podem ser postos em dúvida? Só os bens culturais... Estamos num processo nítido de querer encontrar nossa identidade política... Não há outro caminho a não ser o conhecimento, a identificação, a consciência coletiva, a mais ampla possível, dos nossos bens e nossos valores culturais”.

(ALOÍSIO MAGALHÃES, ex-ministro da Cultura. Discurso na instalação dos Conselhos Estaduais de Cultura das Regiões Centro-Oeste e Norte. Goiânia, 26 de maio de 1982)

... “Considero, porém, que as transformações ocorridas nas décadas de 70 e 80, se devidamente incorporadas a propostas atuais para uma política federal de preservação, certamente contribuirão para uma reelaboração dos princípios, dos critérios e dos procedimentos que têm norteado a produção, a proteção e a promoção do patrimônio cultural no Brasil. E quem sabe, contribuirão também para que a prática já consolidada da preservação de bens culturais seja democratizada, no sentido de ser efetivamente apropriada, enquanto produção simbólica e enquanto prática política pelos diferentes grupos que integram a sociedade brasileira.”

(Londres da Fonseca, M. Cecília; *O Patrimônio em Processo*, Edt. UFRJ/Minc-Iphan1997)

...”Fazer da política cultural um dos elementos-chave da estratégia de desenvolvimento; promover a criatividade e a participação na vida cultural; reforçar, assegurar e ampliar a política de proteção ao patrimônio cultural tangível e intangível, móvel e imóvel e promover a indústria cultural; promover a informação sobre a diversidade cultural e lingüística dentro das comunidades e para a sociedade como um todo; disponibilizar mais recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento da cultura.”

(Conferência intergovernamental sobre política cultural para o desenvolvimento - UNESCO, Estocolmo, 1998)

“Quem não sabe de onde vem, não sabe para onde ir”
(Axioma popular).

Aos Senhores Conselheiros do CONDEPACC- Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas quero informar que, imbuídos de um grande espírito de colaboração, Rosana Bernardo-arquiteta, Olga Von Simson-socióloga, Mario Gravem Borges-artista plástico e Ana Sorrosal-psicóloga, sob minha coordenação, reuniram-se durante o mês de fevereiro do ano em curso, uma vez por semana, na Estação Cultura, para refletirem sobre *O sentido e os caminhos desejáveis para a preservação do patrimônio cultural em Campinas*. (Documentos comprobatórios estão à disposição). Os demais conselheiros que se manifestaram na penúltima reunião do colegiado em 2013 interessados em participar das reuniões não compareceram por motivos pessoais, de trabalho e outros que desconhecemos.

Vale dizer que as reuniões transcorreram em clima de cordialidade e de disposição para uma reflexão séria a partir, inclusive, da leitura de bibliografia que buscamos compilar e à luz das Ciências Sociais, das Declarações da UNESCO, da Constituição Federal de 1988 (art.216), das orientações do IPHAN, assim como de outras legislações atuais pertinentes ao tema.

I - A CIDADE E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

Campinas é uma cidade que, como tantas outras, pela ação social de grupos humanos acumulou através do tempo, e continua acumulando, em seus artefatos e nos usos e costumes dos vários segmentos da população o tempo humano. Com um pouco mais de um milhão de habitantes é centro da 9ª. região metropolitana mais populosa do país, a qual abrange 19 municípios.

Em sua caminhada histórica podem ser observados fenômenos que representam mudanças, permanências, intercalações, sobreposições e rupturas determinadas pelas várias maneiras de organizar a produção econômica em função da demanda. Assim, testemunhos materiais e imateriais acumularam-se em espaços rurais e urbanos revelando a *economia mercantil de abastecimento do vilarejo inicial, a freguesia de produção açucareira, a cidade do café com suas atividades agro-industriais, comércio e serviços*. Um vasto conjunto de edificações, expressões artísticas, hábitos culinários, enfim, maneiras de fazer, pensar e sentir desvelam um sem número de experiências e códigos culturais.

Diante dessa fantástica multiplicidade de produtos culturais do passado e do presente, parece-nos importante nos debruçar sobre *o que e como* compete a um Conselho Municipal preservar, antes, contudo, esclarecendo *para que* preservamos.

II – RECAPITULANDO A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE CRIAÇÃO, CULTURA, PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que o Homem vive num universo de símbolos que ele mesmo *cria* para sobreviver e organizar a vida em sociedade, produzindo o que chamamos de CULTURA, seja ela material ou imaterial. Desta forma, a

criatividade humana tem-se tornado a condição “sine qua non” para a continuidade da espécie através dos séculos e milênios.

Porém, o gênio criador do “Homo Sapiens” necessita permanentemente ser estimulado, para que ele possa dar respostas adequadas às necessidades que emergem no seu fazer histórico, pois é sempre diante da necessidade, da solicitação iminente que o pensamento humano avança além das fronteiras conhecidas.

Ao longo de muitas gerações, cada povo, cada população de uma dada região ou de uma cidade acumula uma Herança Cultural, ou seja, um *patrimônio* que se consubstancia num conjunto de bens, materiais e imateriais, fruto das relações deste mesmo Homem com o seu meio natural e com os demais indivíduos da coletividade, assim como as interpretações dessas relações.

Percebe-se, então, que existe uma íntima relação entre *a herança cultural acumulada, o potencial criativo e o desenvolvimento das sociedades humanas*. Melhor dizendo, se cada povo, população ou segmento da sociedade for capaz de reconhecer, documentar, revitalizar e preservar o *patrimônio* que inúmeras gerações anteriores construíram, com criatividade, para o enfrentamento dos desafios da existência e souber incorporar a ele, de forma seletiva, elementos novos conquistados pelo avanço do pensamento humano, não há dúvida que estará indo na direção de um *desenvolvimento referido à realidade local*, e não mimético, como é costume acontecer em países de tradição colonial.

A caminhada consciente, responsável, democrática e esperançosa

de um grupo social, de uma cidade, de uma região ou de um país, sobretudo nesse momento da globalização econômica, está a exigir uma cumplicidade entre a *ação preservacionista e a político - econômica*. O ato de preservar é um momento importante de uma *proposta educacional mais ampla* na qual os sujeitos são preparados não somente para a manutenção dos padrões culturais vigentes, mas, principalmente, para uma ação criativa na direção de novas soluções para os problemas emergentes, porém, sempre referidas à herança cultural do próprio grupo.

III - O QUE PRESERVAR

As colocações feitas até o momento levam-nos à conclusão de que a HISTÓRIA evolutiva de Campinas e, também, as MEMÓRIAS dos vários segmentos da população que contribuíram e que continuam a contribuir para que a dinâmica da metrópole aconteça devem ser preservadas. Somente a preservação dos bens imóveis e móveis, associados aos bens imateriais de um espaço multicultural como Campinas permitirá aos vários segmentos de sua população compreenderem-se como partícipes da cultura local e, desta forma devidamente *incluídos*, contribuirão para a construção dos caminhos futuros da cidade e, provavelmente, de forma mais harmônica.

Os usos e costumes, incluindo os hábitos alimentares, o artesanato, os ofícios, as manifestações artísticas, os cultos de uma Campinas da época dos “campinhos”, da freguesia, dos lavradores de cana, dos engenheiros, da elite econômica e políti-

ca escravocrata, da cidade cafeeira, dos imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, alemães, sírio-libaneses, norte americanos, suíços e outros tantos, sobrevivem dando colorido e dinâmica à cidade tanto quanto aqueles dos mais recentes migrantes de várias regiões do país que para cá vieram nas décadas de 50, 70 e 80.

Estão privilegiando tais aspectos as políticas de preservação do patrimônio cultural que vem sendo levadas a cabo, há anos, em nossa cidade? Se não, como fazer isto?

IV - COMO FAZER

No entender de nossa comissão, além do que com competência e muito esforço fez-se de 1987 até os dias de hoje, existem ajustes a serem feitos. Alertamos, porém, que sem a vontade política e a determinação do *poder constituído* os acréscimos propostos acabarão ficando na simples promessa.

Consideramos que é impensável congelar-se uma cidade, pois ela é por excelência um corpo mutante; e diante do enorme volume de produtos culturais acumulados, ao longo do tempo e no presente, pensamos haver necessidade de se estabelecer um *critério de seleção*, o qual levando em conta os aspectos acima referidos permitirá a seus cidadãos, e demais visitantes que aqui aportem percebê-la na sua integralidade.

Assim refletindo,
RECOMENDAMOS que:

1- O *critério de seleção* funde-se, primordialmente, nos aspectos simbólicos do patrimônio e depois nos mercadológico e político; o que

significa valorizar memórias múltiplas e diversificadas espalhadas por todo o tecido urbano, elaboradas por representantes das diferentes classes sociais da cidade. Para tal tarefa sugerimos a contratação de especialistas os quais, no prazo de um ano, deverão apresentar suas conclusões ao Conselho;

2- A partir do estabelecimento do *critério de seleção* o patrimônio material construído eleito para preservação possa ser recomposto em sua total integridade, ou mantido apenas parcialmente em seus aspectos valiosos que restaram intactos e ainda reconhecíveis, ou ainda requalificados e reciclados. Neste sentido, sugerimos que o Plano Diretor de Campinas de 2006 seja considerado e retomado nos aspectos que tangem a preservação cultural relacionada à revitalização do centro urbano;

3- Ações *integradas com pastas e autarquias da administração pública* sejam uma constante, para que os objetivos da preservação patrimonial não sejam maculados e a projeção futura da cidade possa ser concebida de forma harmoniosa;

4- Se observe a necessidade de uma *museologia de vanguarda* para uma sociedade que se pretende democrática, capaz de proporcionar aos vários segmentos sociais a oportunidade de mirarem-se como num espelho, assim reconhecerem-se e resgatarem a sua auto-estima;

5- Sejam desenvolvidas atividades sistemáticas da *educação patrimonial* através de ações no ensino formal e não formal, devendo respeitar o que determina a Lei Orgânica do Município em seus artigos 239 - parágrafos I, IV, VIII e IX, 241 e 242;

6- As atividades de *animação cul-*

tural sejam semanais e realizadas em espaços tombados ou registrados, pois elas são de importância para a compreensão da evolução da cidade, não esquecendo que elas devem ser constantes;

7- Haja uma *“sala de acolhimento e interpretação do espaço”* quando da cessão de bens tombados para exposições ou feiras, devendo este item constar das contrapartidas exigidas;

8- Seja realizado de *um seminário anual*, aberto à participação da população, com relatos de experiências de preservação patrimonial realizadas em outros países, regiões e cidades no qual se discuta, entre outros, a relação entre o público e o privado;

9- Haja a produção de *material de divulgação* sobre o “Patrimônio Cultural da Cidade e as Ações do CONDEPACC” acessível às várias camadas sociais, o qual será distribuído em associações de classe, centros comunitários, igrejas, rodoviárias, aeroportos, escolas, jornais, shoppings, casas comerciais e em outros espaços populares;

10- Exista um contato sistemático com *Universidades e Centros de pesquisa*, de modo a haver aproveitamento de projetos, já muito bem elaborados, relativos à preservação de patrimônios culturais da região;

11- Sejam introduzidos *momentos de reflexão no Conselho*, pelo menos uma vez por mês, a partir de palestras feitas pelos próprios conselheiros sobre temas que sejam de suas especialidades ou por estudiosos convidados, de modo a instrumentalizar melhor o colegiado para as análises das questões que lhe são apresentadas e as decisões que lhe compete tomar;

12- Haja a alocação de recurso, a

partir de rubrica específica junto à pasta da Cultura, para necessidades específicas do Conselho; entre elas, a capacitação e o aperfeiçoamento de seus membros;

13- Seja providenciada a criação de um “site” específico do Conselho com vista a dar publicidade às suas ações, supervisionado por uma comissão editorial;

14- Seja feita a *revisão da Lei de 1987* (criação do Conselho) com as inúmeras modificações havidas ao longo de 26 anos, adequando-a à realidade de uma metrópole multicultural e dando ênfase a uma representatividade condizente com o mosaico populacional que a constitui;

15- Seja observada a exigência do *respeito à lei nº 7859 de 04/05/1994*, ainda em vigor, a qual criou o Fundo Municipal para a Preservação do Patrimônio Artístico, Histórico, Paisagístico e Cultural de Campinas, de modo a, efetivamente, preservar e manter os bens tombados;

16- Sejam desenvolvidas *ações de conscientização junto aos próprios conselheiros e à administração municipal* de que as deliberações do Condepacc comportam recurso ao Ministério Público, quando não respeitadas.

Sem a pretensão de havermos esgotado o assunto, damos por encerradas nossas recomendações, na esperança de havermos contribuído para imprimir um pouco mais de modernidade, competência e eficiência a um conselho que já realiza um importante trabalho nesta municipalidade. ●

Sócios Contribuintes

Adarmon Eugênio de Assis	G2 Contabilidade	Márcio José Vasconcellos
Airton Ataíde Noveletto	Giovana Menuzzo	Maria Celeste P. Tardio
Alairton Marangoni	Glauce Ongaro	Maurício de Lima Joel
Alan Cardeque Simoes de Almeida	Gutemberg Portella	Mercedes Volterani Galo Duarte
Aléssio Biondo Junior	Herman Yanssen	Miguel Chati
Alfredo Albuquerque Mangueira	Hermenegildo Maialle	Mildred de Souza Netto
Anete Maria de Azevedo	Isidra Aina Veiss	Milton Angelo Ongaro
Antonio César de Vasconcellos	Jarbas Teixeira	Nestor Geraldo Duarte
Antonio Euclides Marcello	João Alvares	Orivaldo Caron
Antônio José Pinto	João Rubens Gigo	Osmar Miranda Junior
Antonio Sérgio Gonçalves de Azevedo	Joel Pizarro	Otávio Moretto
Arivaldo Marangoni	José Antonio Hespanhol	Otávio Tomazim
Benedicto Aparecido Pianoski	José Antonio Rodrigues	Paulo Roberto Miranda
Bruno Izaías da Silva	José Cunha Filho	Rander Cabral
Cesar Barijan	José Dalton Gomes Moraes	Renato Ghirardello
Claudio Aparecido Padovani	José Ferreira Quental	Ronald de Souza Filho
Claudio Fernando Franceschini	José Mancino	Sidney Foffano
Claudio Laerte Capelato	Julio Campigli	Sidney Garcia
Cristiano André Domingues	Karen Cristina Aliscantes Borges	Silvio Cezar Coltro
Dionísio Kalvon	Laércio Aparecido Fregatti	Suely Ongaro
Domingos Carlos Guerreiro	Laerte A. Dell'Agnezze	Ulisses Pedroni
Eugênio Coltro	Luíz Carlos Cadorin	Vilson Oschim Alves
Everaldo Ricatto	Luíz Carlos Piazzentin	Wellington Correia de Oliveira
Fábio Araújo Pires	Luiz Falivene Neto	Wesley da Silva de Oliveira
Fellipe Comine Oschin Alves	Manoel Messias Oliveira dos Santos	Wilson José Ravagnani
Francisco Antonio de Toledo	Marcio Beltrami	

Sócios Empresa

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sumaré	Flyer Indústria Aeronáutica
Alpe Segurança	Good Bom Supermercados
Blocosul Blocos de Concreto Sumaré	Pastelutchu Pastelaria
Danucci Restaurante e Pizzaria	Refrigeração Dobelin
Desktop Internet Services	Têxtil Assef Maluf
Dsz Imobiliária	Veccon Empreendimentos Imobiliários
Eldorado Imóveis	

Autores

Alaerte Menuzzo

Professor de história pela PUC-Campinas. Ex-Diretor do CONDEPHAEA – conselho do patrimônio histórico artístico e etnográfico de Sumaré. Fundador e diretor patrimonial da Associação Pró-memória Sumaré. Cronista de jornais e revistas de Sumaré. Autor e co-autor de vários livros sobre a História de Sumaré.

Bruno Izaias da Silva

Licenciado em História pela Universidade do Vale do Sapucaí, em Pouso Alegre, Minas Gerais. Professor da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Diretor adjunto da Associação Pró- Memória de Sumaré. Trabalha atualmente com o acervo do professor Odilon Nogueira de Matos na mesma instituição.

Edgar Minarello

Empresário do ramo da Pintura Industrial e colaborador da Associação Pró-Memória

Ema Regina Bianchi Aguiar

Ema Regina Bianchi Aguiar, é jornalista, autora do livro Nos Trilhos da Memória, um Século de Música em Sumaré. Ex-Diretora da Associação Pró-Memória de Sumaré.

Fabio Araújo Pires

Servidor da Caixa Econômica Federal. Tecnólogo em Comércio Exterior. Diretor da Associação Pró-Memória de Sumaré.

Fernanda Gabriela Biondo

Bacharel e licenciada em história pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na Superintendência de Pernambuco. Tem experiência profissional enquanto docente em História para o ensino fundamental, membro Conselheira do CONDEPHAEA - Sumaré e Diretora de Publicação e Pesquisa da Associação Pró-Memória de Sumaré.

Francisco Antonio de Toledo

Professor de História Formado pela PUC-Campinas. Ex-Presidente do CONDEPHAEA – conselho do patrimônio histórico artístico e etnográfico de Sumaré. Cronista de jornais e revistas de Sumaré. Autor de Cinco livros sobre a História de Sumaré. Fundador e Ex-Presidente da Associação Pró-Memória de Sumaré.

Glauce Ongaro

Licenciada em Matemática pela PUCC; Premiada em 4º lugar no Mapa Cultural Paulista, categoria fotográfica edição 2005/2006; Diretora Social da Associação Pró- Memória Sumaré.

Gustavo Esteves Lopes

Historiador e Mestre em História Social com formação pela USP. Doutorando em Estudos Contemporâneos da Univerdade de Coimbra Portugal. Agente Cultural Concursado do Município de Hortolândia e Pesquisador do Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior”

Mariana Kimie da Silva Nito

Arquiteta e Urbanista graduada pela Escola da Cidade- AEC-SP (2012). Atualmente é bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, lotada na Superintendência de São Paulo. É especialista em Gestão de Restauro e Prática de Obras de Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2014). Integra a Rede Paulista de Educação Patrimonial- REPEP desde 2014, onde desenvolve trabalho voluntário teórico e prático sobre a temática. Tem experiência na área de Planejamento Urbano, Preservação, Patrimônio Cultural, Políticas Públicas Culturais e Educação.

Nelson de Lucca

Professor de História com Licenciatura pela Faculdade de Ciências e Letras da PUC-Campinas. Diretor de Cultura de Monte Mor - São Paulo. Encarregado do Museu Municipal Elisabeth Aytai de Monte Mor. Professor de História da rede estadual de ensino.

Paulo Levy

Natural de Cordeirópolis/SP, geólogo, empresário na cidade de Limeira/SP e vem a 20 anos se dedicando em difundir a memória histórica da região. É presidente da Associação Pró-Memória de Limeira e diretor do Espaço Cultural Engep.

Regina Márcia Moura Tavares

É licenciada em Ciências Sociais e pós-graduada em Antropologia pela Universidade de São Paulo Docente por mais de trinta anos em Antropologia Cultural, Histórias da Cultura e Cultura Brasileira, na USP e na PUC-Campinas. Membro CONDEPHAAT e, uma das fundadoras do CONDEPACC (Campinas). Pronunciou centenas de Conferências no Brasil e no Exterior tendo como tema central a Preservação do Patrimônio Cultural e suas Relações com a Dinâmica das Sociedades. Recebeu o Selo da UNESCO “Década Cultural Mundial”, em 1990.

Roberto Cordenonsi

Empresário do ramo imobiliário; ex-Vice-Prefeito Municipal de Sumaré; Conselheiro Membro do CONDEPHAEA – conselho do patrimônio histórico artístico e etnográfico de Sumaré; Presidente da Associação Pró-Memória de Sumaré e Membro do Lions Clube.

Sérgio Azevedo

Cronista de Jornais e Revistas de Sumaré; ex-presidente e Diretor da SANOVA – Sociedade Amigos de Nova Veneza; Diretor da Associação Pró-memória.

Ulisses Pedroni

Historiador: Co-autor da primeira Monografia Histórica de Sumaré e Co-autor da Segunda História de Sumaré em 1975, pela Edição Focus. Co-autor de livros sobre a História de Sumaré e fundador da Associação Pro-memória de Sumaré. Fundador do Jornal Comarca Árvore Genealógica de seu avô Marcelo Pedroni.

Grupo VeCCon

Adensar soluções, diminuir distâncias e gerar competitividade aos nossos clientes. Isto é o que faz o Grupo VeCCon.



VeCCon Prime Center – 1º prédio comercial da cidade de Sumaré/SP

É fato, não é inteligente que para atender a nossas necessidades básicas como seres humanos; trabalho, escola, cultura, saúde e lazer, tenhamos que a todo momento para nos deslocarmos carregar nas costas 700kg de lata com pneus.

Neste caminho o Grupo VeCCon trabalha para equacionar e implementar melhorias na qualidade de

caminhada na cidade de Sumaré em 1998 e hoje estamos presentes em 10 cidades. No decorrer desses anos foram centenas de lotes comercializados e serviços prestados, sempre com o mesmo propósito, ou seja, a otimização da utilização do solo e da infraestrutura, incorrendo na maximização do investimento público para obtenção do menor custo per capita.

vida da sociedade através de sinergias imobiliárias, implantando soluções diferenciadas em empreendimentos. Todos os nossos projetos buscam adensar a grande maioria das facilidades que todo indivíduo ou empresa precisa, diminuindo distâncias, incrementando segurança e qualidade de vida, em harmonia com a natureza.

Iniciamos essa

Para Sumaré trouxemos projetos pioneiros como o primeiro Loteamento Industrial da cidade, o Zeta Sumaré onde abrigamos 99 empresas, e, atualmente no mesmo modelo temos o Gamma onde abrigaremos 90 empresas, tb estamos terminando o primeiro prédio comercial da cidade, o VeCCon Prime Center.

O Loteamento Zeta Sumaré foi lançado em 2008 e tornou-se referência como empreendimento para indústrias de pequeno e médio porte numa região que antes era pouco explorada pela carência de infraestrutura.

O VeCCon Prime Center criará uma nova centralidade para Sumaré, instalando ali o primeiro prédio comercial da cidade com 15 andares, 7 lojas no “boulevard”, em um ambiente moderno e diferenciado, abrigando mais de uma centena de profissionais liberais, muitos deles da região.

Nosso foco tem-se voltado para o modelo de adensamento baseado na minimização de deslocamentos, a inovação, e o desenvolvimento sustentável. Esse é o mote, criar novas centralidades, de sorte que o cidadão se desloque para o centro da cidade somente para serviços exclusivos. ●

Ailton Vendramini
Grupo VeCCon



Uma coisa não sai da

memória

de Sumaré

há 11 anos:



a Germânica



tem sempre

o melhor negócio.



Presença marcante na história de Sumaré desde 2004.



Todos juntos fazem um trânsito melhor.

R. Fioravante Mancino, 830
Tel.: (19) 3803-1400

Germânica
Satisfação aqui é item de série.



Pastifício Selmi



Ricardo Selmi

O Brasil ainda era um Império quando chegou em Santos o italiano Adolpho Selmi. Como milhares de imigrantes, o jovem de 26 anos vinha cheio de sonhos na cabeça: trabalhar e montar seu próprio negócio. Na Itália tinha seu empreendimento: uma vinícola. Aqui se fixou em Campinas, onde criou uma pequena fábrica de massas. Era em 1887. Depois de breve parceria com o conterrâneo Hugo Gallo, volta à Itália para cuidar dos seus negócios, mas retorna ao Brasil alguns anos depois, dissolve a sociedade e se dedica totalmente à produção de massas. Tinha início a saga do Pastifício Selmi, que atravessou o século e chegou aos nossos dias.

as massas eram vendidas em Campinas, de porta em porta. Mas, a produção de esmerada qualidade foi conquistando mercado e crescendo dia a dia. Meu pai Renato – diz Ricardo – queria sempre máquinas novas, modernas e com tecnologia avançada. Para melhor manutenção dos equipamentos, atualização de tecnologias e maior eficiência produtiva, o próprio Ricardo cursou engenharia Mecânica. Em 1989 a Selmi recebeu na Alemanha o Prêmio Internacional de Alimentos e Bebidas, pela excelência de seus produtos e pela aceitação pública. Alguns anos mais tarde a empresa era a segunda maior fabricante de massas do Brasil, e a marca Galo a número 1.

O atual presidente-diretor da empresa, Ricardo Selmi, 50 anos, diz que seu pai Renato, o avô Aladino e o bisavô Adolpho tiveram enorme capacidade de negócio, perspicácia e espírito empreendedor, cada um conforme o seu tempo. No começo

Nesses 128 anos de atividade, não houve crise que abalasse a solidez da empresa, porque em cada fase dessa longa caminhada houve um gestor competente, criativo e dinâmico. Mas, o segredo do sucesso – revela Ricardo – é que a Selmi trabalha com produto de boa qualidade, consumido por todas as classes sociais, fácil de preparar, barato e nutritivo. Ele também se diz satisfeito por ter trazido sua empresa para Sumaré, uma cidade acolhedora, promissora e estrategicamente bem localizada. Dos 990 empregados, a maioria é proveniente de Sumaré.

A Selmi está aumentando sua capacidade produtiva, e a ideia é continuar crescendo a 15% ao ano, continuar a fazer produtos de alta qualidade e saudáveis. Com o passar dos anos fomos nos aprimorando, acompanhando as feiras internacionais. Fizemos várias visitas à Itália, que é o país de novas tecnologias. Tenho orgulho de poder fazer parte desta empresa centenária, que, ao passar de geração em geração, encontra-se mais forte do que nunca – conclui Ricardo. ●



Câmara Municipal de SUMARÉ

Galeria dos Presidentes



A Galeria de Presidentes é uma manifestação pública de carinho e respeito a todos os ex-parlamentares que assumiram a presidência da Casa de Leis Sumareense.



A Galeria é a preservação da história política do município de Sumaré com o registro dos parlamentares que passaram pela presidência e prestaram serviços relevantes ao município e à população.

A Câmara mantém há mais de 30 anos a Galeria de Presidentes que pode ser visitada de segunda a sexta das 08 às 17 horas no piso superior do prédio que fica na Travessa Primeiro Centenário, 32, Centro.



MESA DIRETORA - Biênio 2015-2016

Presidente

Wellington Domingos Pereira

Vice-presidente

João Maioral

1º Secretário

Marcos da Conceição

2º Secretário

Clauduir Aparecido Menes

VEREADORES

Benedito Lustosa

Cícero Eleotério Bispo

Décio Marmirolli

Edimundo Flor de Lima

Fabio Ferreira dos Santos

Geraldo Medeiros

Heliomar Geremias dos Anjos

Henrique Stein Sciascio

Joel Cardoso da Luz

Josué Cardozo

Marcos de Paula

Ronaldo Mendes

Rubens Champam

Rui Macedo

Sérgio de Carvalho Elias

Ulisses Gomes

Warlei de Faria





Apoio Cultural

Germânica
Satisfação aqui é item de série.



Renata



Câmara Municipal de
SUMARÉ

VeCCon
Empreendimentos
Imobiliários

